



*ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL*



**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026-DCL
PROCESSO Nº 249/2026-SEMED**

OBJETO: Aquisição de embarcação fluvial, motor de popa, carreta rodoviária e coletes salvavidas, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED do Município de Guajará- Mirim/RO, conforme especificações definidas no termo de referência.

Data da abertura da Sessão: **07/07/2026 às 11:00min** - **LOCAL:** LICITANET - Licitações On-line www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo **será observado o horário de Brasília (DF)**.

Valor Total Estimado **R\$ 1.249.389,31 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos)**. O presente Edital poderá ser examinado e havendo interesse, obtido junto ao Departamento de Compras e Licitações, no prédio da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim, sito a Av. XV de novembro, nº 930, Centro, dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00h e pelo endereço eletrônico www.guajaramirim.ro.gov.br. Maiores informações através do fone/fax: (069) 98425-0443.

Guajará - Mirim, 22 de junho de 2026.

NAZIMERI REGIS CABRAL
Agente de Contratação/Pregoeira-PMGM





**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026-DCL
PROCESSO Nº 249/2026–SEMED**

O Município de Guajará-Mirim/RO, vem por intermédio do Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio designado pelo Decreto nº **16.787/GAB-PREF/2025**, tornar público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade de **PREGÃO, na sua forma ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, modo de disputa aberto/fechado, visando atender as necessidades da Administração Pública Municipal, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal 15.543/GAB/PREF/2024, Nº 15.535/GAB/PREF/2024, Nº 15.536/GAB/PREF/2024, Nº 15.546/GAB/PREF/2024, Nº 15.534/GAB/PREF/2024, Nº 15.542/GAB/PREF/2024 Lei Complementar Nº 123/2006, e suas posteriores alterações, Decreto Municipal Nº 15.198/GAB.PREF/2023 e demais legislação aplicável e ainda, condições estabelecidas neste edital.

1.DO OBJETO

1.1. Aquisição de embarcação fluvial, motor de popa, carreta rodoviária e coletes salva-vidas, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação - SEMED do Município de Guajará- Mirim/RO, conforme especificações definidas no termo de referência.

1.2. Compõem este Edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I:** Especificações Técnicas dos Produtos e Quantitativos (Modelo de Proposta)
- b) ANEXO II:** Declaração Conjunta
- c) ANEXO III:** Termo de Referência
- d) ANEXO VI:** Estudo Técnico Preliminar
- e) ANEXO V:** Minuta de Contrato

1.3. LOCAL DE CADASTRAMENTO, HORÁRIO, ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

- **DATA DA ABERTURA DA SESSÃO DIA:** 07/07/2026 as 11h00min
- **Local:** No endereço eletrônico: www.licitanet.com.br

1.4. PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF.

2 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação pela INTERNET, mediante condição de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases. A partir do horário previsto neste Edital, a sessão pública na Internet será aberta por comando do Agente de Contratação/Pregoeira





com a utilização de sua chave de acesso e senha.

2.2 – Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) da Chefia de Gabinete, designado **Agente de Contratação/Pregoeira**, com certificação digital.

2.3 – Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **LICITANET** e as especificações técnicas constantes deste Edital, **prevalecerão** as constantes do Edital.

03 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 – Os recursos destinados para pagamento, respectivas despesas decorrentes do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PMGM, que tem como Projeto Atividade e elemento de Despesa da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, conforme abaixo discriminado:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM/RO.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO – SEMED

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: - GESTÃO E MANUTENÇÃO A SERVIÇO DA MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL 25%.

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. - **MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO POGRAM SALÁRIO EDUCAÇÃO – SAE**

ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

Fichas: 116, 482, 110

VALOR TOTAL R\$ 1.249.389,31 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos).

“Todas as Pesquisas de Preços, Cotações, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos, gastos estimados nos últimos anos, são de inteira responsabilidade do setor/autarquia que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Agente de Contratação/ Pregoeira ou à Comissão de Licitação”.

“A elaboração do Termo de Referência contendo as especificações técnicas dos materiais ou serviços, quantitativos, condições de entrega, recebimento, pagamento e demais cláusulas, assim como os valores obtidos na pesquisa de preços, são de inteira responsabilidade dos respectivos agentes responsáveis, cabendo a estes, responder pela legalidade, impessoalidade e veracidade de seus atos, ou por qualquer irregularidade futura, decorrente da má elaboração do documento, cabendo à este(a) Agente de Contratação/pregoeiro(a), apenas o ato licitatório, nas condições previamente estabelecidas, aprovadas e autorizadas conforme o Termo de Referência”.

4 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Até **03 (três)** dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá **IMPUGNAR** este Edital, em conformidade com Art. 164 da Lei 14.133/2021.





4.2. A impugnação ou esclarecimento deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br/ no horário das 08h00min às 14h00min. De segunda a sexta-feira, devendo o licitante mencionar o número do pregão, do processo e o ano.

4.3. Caberá ao Agente de Contratação/Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, receber, examinar e decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e impugnação ao edital podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração dos pedidos no **prazo de 03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.4. A decisão do Agente de Contratação/Pregoeira quanto à petição será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Agente de Contratação/Pregoeira.

4.5. Acolhida à impugnação ou pedido de esclarecimento contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

4.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação/ Pregoeira, nos autos do processo de licitação;

4.8. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida neste edital no mesmo período, serão publicadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Agente de Contratação/ Pregoeira.

5 – CREDENCIAMENTO

5.1 – Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema eletrônico utilizado pelo município, através do site <https://licitanet.com.br/>, sendo considerado para todos os efeitos o horário de Brasília – DF. O Edital encontra-se a disposição no site www.licitanet.com.br , no Portal Transparência do Município, www.quajaramirim.ro.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - **PNCP**;

5.2 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

5.3 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

5.4 – O licitante que deixar de assinalar o campo próprio da plataforma eletrônica da Declaração de





ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123 de 2006 e alterações, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

5.5 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

6.1 – Somente poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO**, via internet, os interessados cujo objeto social seja compatível ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação de habilitação, e que estejam devidamente credenciadas no site www.licitanet.com.br.

6.2 - A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

6.3 – Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **Anexo I – Termo de Referência**.

6.4 – Como requisito para participação no **Pregão Eletrônico** o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, ressalvados os casos concernentes à sua regularidade fiscal, na forma prevista pelos arts. 42 e 43, § 1º da Lei Complementar 123/06 e alterações posteriores, bem como a descrição técnica constante no Anexo I - Termo de Referência.

6.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e nas demais cominações legais.

6.6 - A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

6.7- A **LICITANET** atuará como órgão provedor do sistema eletrônico nos termos firmados com a Prefeitura Municipal de Guajará – Mirim/RO.

6.8 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita





observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

6.9 - Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o Município de Guajará-Mirim, em nenhuma hipótese responsável pelos mesmos. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão.

6.10 – As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

6.11 – O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Guajará-Mirim/RO, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

6.12 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso;

6.13 - Não poderão participar desta Licitação, as empresas enquadradas nos casos a seguir:

6.13.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

6.13.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.13.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.13.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.13.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.13.6 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.13.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão





de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.13.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante;

6.13.9 - Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, devido à baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente;

6.13.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

6.13.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.14. O impedimento de que trata o item **6.13.4.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.15 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

6.16 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.17. A vedação de que trata o item **6.14.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7 – DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – Na presente Licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de proposta e lances de julgamento.

7.2 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (<https://licitanet.com.br/>), a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se automaticamente a etapa de recebimento de proposta;

7.3 – Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os





licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.4 – No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

7.4.1 – Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

7.4.2 – Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.4.3 - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

7.4.4 - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5 – O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6.1 - Nos ITENS/LOTES exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele LOTE;

7.6.2 - Nos ITENS/LOTES em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.7 - A falsidade da declaração de que trata os itens **7.4** ou **7.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.;

7.8 – Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de





habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

7.10 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7.11 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

7.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

7.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

7.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

7.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

7.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.16 – As propostas cadastradas no Sistema **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das





propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, **esta será DESCLASSIFICADA** pelo Agente de Contratação;

7.17 – O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.

7.18 – Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

7.19 – O envio da **PROPOSTA**, acompanhada dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

7.20 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123 de 2006;

7.21 – Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

7.22 – Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Agente de Contratação/pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como deve acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.23 - Os arquivos deverão estar preferencialmente, no formato PDF, seguindo a ordem de sequência, conforme o item 13 do edital.

8 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

8.1.1 – Valor unitário e total do item (ou lote, quando for o caso);

8.1.2 - Marca/Modelo/Fabricante (quando couber);

OBS: Para melhor análise da Proposta Final, em alguns casos, poderá ser solicitado que o licitante vencedor encaminhe a proposta acompanhada de folders/prospecto/catálogo, ou outros meios que contenham as especificações do objeto ofertado.

8.1.3 – Tratando – se de serviços, poderá o licitante inserir a palavra SERVIÇOS no campo





marca/modelo, não sendo motivo para desclassificação à falta dela;

8.1.4 – Descrição detalhada do objeto, contendo as informações especificadas no Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, a marca/modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

8.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

8.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

8.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

8.5 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

8.6 – O preço ofertado na proposta será fixado e irrevogável, salvo as condições previstas em Leis e suas alterações.

8.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

8.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9 - ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 – No horário estabelecido neste Edital, o Agente de Contratação/Pregoeira abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital;

9.2 - O Agente de contratação/Pregoeira poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), **DECLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;





9.3 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então a **DESCCLASSIFICARÁ**;

9.4 – O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso ele não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

9.5 - As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo agente de contratação/pregoeiro;

9.6 – Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://licitanet.com.br/> conforme Edital;

9.7 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8 – O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9 - Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS **com no máximo 02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no **Termo de Referência**. Caso seja encerrada a fase de lances e a licitante divergir com o exigido, a pregoeira, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS** automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

9.10 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

9.11 – Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

9.12 – Sendo efetuado lance manifestadamente inexecutável, o Agente de Contratação/pregoeiro poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

9.13 – A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

9.14 – No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;





9.15 – O Agente de Contratação/ Pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

9.16 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de contratação / Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública poderá ser suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br/>;

9.17 – Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

9.18 – A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

9.19 – Nos casos específicos, em relação a itens NÃO exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:

9.19.1 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 15.198, de 2023.

9.19.2 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.3 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

9.19.4 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

9.19.5 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;





9.19.6 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.20 - O disposto no **item 9.19** somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.21 – Havendo eventual empate entre propostas ou lance, o critério de desempate será a aquele previsto no **Art. 60 da lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021** nesta ordem:

9.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.21.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.21.2.2. Empresas brasileiras;

9.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.21.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.22 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação/ pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.23 - O Agente de Contratação/Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de**





2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.24 - É facultado ao Agente de Contratação/pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.25 - Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 – DO MODO DE DISPUTA

10.1 - No presente certame, o modo de disputa será o modo **ABERTO E FECHADO**, nos termos do Decreto Federal de nº 10.024/2019.

10.2 - Modo de Disputa Aberto e Fechado (Inciso II, Art. 31 do Decreto 10.024/2019) - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§ 1º - Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o **período aleatório de até dez minutos**, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§ 2º - Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§ 3º - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o § 2º, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§ 4º - Encerrados os prazos estabelecidos nos § 2º e § 3º, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§ 5º - Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos § 2º e § 3º, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no § 4º.

§ 6º - Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no § 5º.

11 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no **Capítulo X do Decreto 10.024/2019**;





11.2 - Serão desclassificadas as propostas que:

11.2.1. O lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível ou permanecerem acima do orçamento estimado para contratação;

11.2.2. Contiverem vícios insanáveis;

11.2.3. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e Termo de Referência;

11.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.2.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital desde que insanável.

11.3 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação/Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

11.7 – Havendo necessidade, Agente de Contratação/Pregoeira poderá suspender a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

11.8 - O Agente de Contratação/Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

11.9 - Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação/Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

11.10 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.11 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte,





sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação/Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

11.12 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação/Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12 - DA HABILITAÇÃO

12.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação/Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1 - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Guajará-Mirim/RO;

12.1.2 - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**;

12.1.3 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (**CEIS**) e Cadastro Nacional de empresas Punidas (**CNEP**), que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada.

12.1.4 - Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - **CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual nº 2.414 de 18 de fevereiro de 2011.

12.1.5 - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (**CNIA**), do Conselho Nacional de Justiça – **CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;

12.1.6 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

12.1.7 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

12.1.8 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

12.1.9 - Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação/Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;





12.1.10 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

12.1.11 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação;

12.1.12 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

12.1.13 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

12.1.14 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

12.1.15 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

12.2 – Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes documentos de habilitação:

12.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social - e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado, ou;

c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;





- d) Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores.
- e)** Em se tratando de microempreendedor individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- f)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- g)** Documentos de identificação contendo **RG e CPF** do(s) sócio(s) ou sócio administrador.
- h) Instrumento de procuração**, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF).

12.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a)** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes **Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** - O documento deverá ser expedido no **máximo 90 (Noventa) dias** antes da data do recebimento dos envelopes;
- c)** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social - INSS), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d)** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e)** Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- g)** Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito





confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

12.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.2.3.1 – Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da pessoa jurídica com data de expedição limitada a **90 (noventa) dias**.

12.2.3.2 - Balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

12.2.3.3 – No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, Termo de Abertura e de Encerramento e devidamente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional. Tais documentos terão que obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei, devidamente **autenticado ou registrado na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

12.2.3.4 – Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

12.2.3.5 – As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, bem como Termo de Abertura e Encerramento, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, devidamente **autenticado ou registrado na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

12.2.3.6 - O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o **Microempreendedor Individual** (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

12.2.3.7 - As sociedades constituídas, há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura. **devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.**

12.2.3.8 - Os documentos referidos item 12.2.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a





pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.2.3.9 – As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

- a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);
- b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil);
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil);

12.2.3.10. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

12.2.3.11 – Somente serão habilitados os licitantes que extraírem e apresentarem o cálculo do índice de **Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, com o resultado igual ou superior a ($= > 1$), calculados de acordo com a aplicação das fórmulas.

12.2.3.12 - A Empresa Licitante que apresentar resultados menor a 1 (um), em qualquer dos índices constantes do **subitem 13.2.3.6** deste Edital, deverá comprovar capital social registrado ou patrimônio líquido **mínimo de 5% (cinco por cento)** do montante da contratação;

12.2.3.13 – Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei

12.2.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.2.4.1 - Atestados de Capacidade Técnica, exclusivamente em nome da empresa **licitante**, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento de produtos compatíveis com o objeto da presente licitação, sendo que, os atestados emitidos por **pessoa jurídica de direito privado** deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com a





identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte da **CPLMO/GM**;

12.2.4.2 – Declaração Conjunta Unificada (Podendo ser substituída pela Declaração emitida pelo Sistema Licitanet). Modelo Anexo III.

12.2.4.3 - A licitante deverá apresentar **Declaração de Compromisso** de que, em caso de sagrar-se vencedora, garantirá a prestação de assistência técnica e fornecimento de peças no Estado de Rondônia, seja por meio de estrutura própria ou por meio de contrato com empresa especializada local, a ser comprovado no ato da assinatura do contrato."

12.3 - Os documentos descritos **itens 12.2.1 e 12.2.2**, podem ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral (C.R.C.) emitido pelo Município de Guajará-Mirim/RO em vigor e/ou Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**;

12.4 Não serão aceitos protocolos de pedidos ou solicitações de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital;

12.5 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

12.6 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação;

12.7 Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista no caso de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Equiparadas, fica concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pelo Pregoeiro e equipe de apoio, nos termos da Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014;

12.8 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização;

12.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação/Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma;

12.10 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar





quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;

12.11 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

12.12 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o (s) item (ns) de menor (es) valor (es) cuja retirada (s) seja (m) suficiente (s) para a habilitação do licitante nos remanescentes;

12.13 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor;

12.14 As Certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão **não superior a 90 (noventa) dias** consecutivos de antecedência da data de abertura da sessão deste Pregão;

12.15 DAS DILIGÊNCIAS E INCLUSÃO DE DOCUMENTOS

12.15.1 – Após a entrega dos Documentos de Habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, somente para:

12.15.1.1 – Esclarecer ou complementar a instrução processual;

12.15.1.2 – Solicitar documentos que comprovem fatos preexistentes à apresentação das propostas;

12.15.1.3 – Corrigir falhas formais.

Base legal e jurisprudencial:

Acórdão nº 2.049/2023 do TCU “É admissível a apresentação de documentos em sede de diligência quando estes visam comprovar fatos preexistentes à data de apresentação das propostas, desde que sua não apresentação decorra de erro formal e não implique em prejuízo à isonomia entre os licitantes.”

Acórdão nº 1211/2021 do TCU estabelece que a Administração Pública deve permitir a juntada posterior de documentos que comprovem condições existentes antes da licitação, desde que isso não prejudique a isonomia entre os licitantes e atenda ao interesse público.

Acórdão nº 602/2025 do TCU aborda a possibilidade de juntada de documentos durante as fases de habilitação ou classificação em processos licitatórios. Especificamente, o TCU considera lícita a admissão de documentos apresentados em atendimento a diligências, desde que tais documentos comprovem condições existentes antes da abertura da sessão pública do certame. Essa prática não configura violação aos princípios da isonomia e da igualdade entre os licitantes.

12.16 - Em respeito aos princípios da isonomia e vinculação ao instrumento convocatório, após a DILIGÊNCIA as Licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a





Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão INABILITADAS

13 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada **no prazo de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Agente de Contratação/Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1 Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;

13.1.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;

13.1.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com valores unitário e totais, com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência;

13.1.6 Ocorrendo divergência entre os preços **unitários e o preço global**, prevalecerão os primeiros, no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

13.1.7 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

13.1.8 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante;

14 - DOS RECURSOS:

14.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.





14.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2 - O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

14.3.3 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.3.4 - Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

14.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

15.3 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

15.4 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

15.5 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat")

16 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 - Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o Agente de Contratação/Pregoeira declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS/LOTES e encaminhará os autos para ADJUDICAÇÃO pela autoridade competente, em conformidade com o artigo 71 da Lei 14.133/2021.

16.2 - A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Agente de Contratação/Pregoeira e efetuada pela Autoridade Competente.





16.3 - A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e será realizada depois da adjudicação.

16.4 - Quando houver recurso e o Agente de Contratação/Pregoeira mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do Agente de Contratação/Pregoeira.

16.5 – Após a homologação do processo licitatório, serão disponibilizados no Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) e, se o órgão ou entidade responsável pela licitação entender cabível, também no sítio do Município os documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos. (§ 3º, artigo 54 da Lei Federal 14.133/2021).

17. PRAZO DE VIGÊNCIA DO FUTURO CONTRATO

17.1. O pretense contrato ficará limitado à vigência de créditos orçamentários referentes ao exercício financeiro da sua assinatura, conforme prevê o Art. 84, § único e Art. 107, da Lei 14.133/2021;

18. DA CONTRATAÇÃO

18.1 - O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

18.2 - Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela contratante, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste contrato.

18.3 - A obrigação decorrente da entrega do objeto desta licitação será firmada entre a Administração e o Fornecedor, por meio de empenho, observando as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.

18.4 - Poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não retirar a nota de empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, receber a ordem de fornecimento/empenho, sem prejuízos das multas previstas neste edital e demais cominações legais.

18.5 - A contratação resultante do objeto deste Edital, reger-se-á ainda pelas normas fixadas pelo Código de defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11.09.90.

19. DO PRAZO, FORMA DE ENTREGA, RECEBIMENTO, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

19.1 - Do prazo, da entrega, do recebimento, da garantia e assistência Técnica do objeto da licitação serão efetuados conforme estabelecidos constantes no Termo de Referência e deverão observar critérios rígidos de organização, eficiência e conformidade com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

19.2- A CONTRATADA deverá realizar a entrega integral da aquisição de embarcação fluvial, motor





de popa e carreta rodoviária e coletes para atendimento ao transporte escolar das crianças da zona rural da secretaria municipal de educação para atendimento ao transporte escolar das crianças da zona rural da secretaria municipal de educação **no prazo de 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Nota de Empenho e Ordem de Serviço, devendo observar rigorosamente o cronograma de fornecimento definido pela Administração.

19.3 - Eventual prorrogação do prazo de entrega somente será admitida mediante justificativa formal da contratada e anuência expressa da Administração, nos termos do art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que devidamente comprovadas as razões que caracterizem caso fortuito, força maior ou fato superveniente que impeça o cumprimento do prazo inicialmente fixado.

19.4 - Os produtos deverão ser entregues no Almoxarifado Central da SEMAD, sito à Av: XV de novembro nº 730, bairro 10 de abril, na cidade de Guajará-Mirim/RO - CEP: 76.850-000, e as informações pelo fone 069 3541-2326, no horário das 08:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta feira, pela comissão de recebimento de materiais devidamente decretado pela Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim/RO.

19.5 - Os bens solicitados deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações técnica estabelecidas no Termo referência – ANEXO I do Edital, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais, os produtos deverão obedecer às especificações de acordo com as Resoluções vigentes do País.

19.6 - É de inteira responsabilidade do almoxarifado, os procedimentos de recebimento dos materiais, por Comissão de Recebimento designada para este fim, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação.

19.7 - Recebimento Provisório (art. 140 II, a, da Lei 14.133/21) - de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, como contagem física das embalagens, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

19.8 - Recebimento Definitivo (art. 140 II, b, da Lei 14.133/21) - que consiste na verificação da qualidade e quantidade dos bens e de sua aceitação com a certificação na Nota Fiscal, será firmado por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, salvo caso devidamente justificado, liquidando a despesa, comprovando a adequação do objeto nos termos contratuais e consequente aceitação mediante a termo de recebimento definitivo.

19.9 - Se oportuno poderá ser realizado o Recebimento Definitivo imediatamente após recebimento do objeto, não sendo necessário o recebimento provisório.

19.10 - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.





19.11 - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do contratado em face da eventual existência de vícios redibitórios, e nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

19.12 - O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o edital, assim como as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Termo de Referência e seus anexos.

19.13 - A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, os materiais/produtos que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridas, cabendo a contratada arcar com os custos da substituição. (Art. 119, lei 14.133/21).

19.14- O não atendimento dos prazos fixados no **item 19**, poderão implicar na aplicação das sanções definidas na Lei nº 14.133/2021, podendo culminar na rescisão do instrumento que materializa a contratação e aplicação das demais sanções previstas em Lei;

19.15- DA GARANTIA

19.15.1- Os bens deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais técnicos, certificados de garantia, notas fiscais, termo de garantia do fabricante, bem como demais documentos exigidos pela legislação aplicável;

19.15.2- Os produtos deste Termo de Referência deverão possuir a Garantia mínima de 01 (um) ano, prestada por empresa autorizada com representação no Estado de Rondônia, conforme Certificado de Garantia expedido pelo fabricante.

19.16. Da Assistência Técnica

19.16.1 - A licitante deverá apresentar **Declaração de Compromisso** de que, em caso de sagrar-se vencedora, garantirá a prestação de assistência técnica e fornecimento de peças no Estado de Rondônia, seja por meio de estrutura própria ou por meio de contrato com empresa especializada local, a ser comprovado no ato da assinatura do contrato.

19.16.2 O serviço de assistência técnica deverá ser prestado de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter o bem em perfeitas condições de uso, devendo estar incluso nos custos e proposta das empresas as manutenções corretivas ou preventivas durante o período mínimo de garantia de acordo com o manual do equipamento fluvial.

20. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 15.546, de 2024, e seguirá a ordem cronológica.





20.1.1 - Para execução do pagamento de que trata o **item 20.1**, a fornecedora deverá fazer constar da Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO, CNPJ n.º 05.893.631/0001-09, informando o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

20.1.2 - Caso a fornecedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

20.2. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao (s) licitante (s) vencedor (ES), pelo responsável da área Técnica e o pagamento ficará pendente até que o licitante providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Guajará-Mirim/RO.

20.3. O Município de Guajará-Mirim/RO não pagará juros de mora por atrasos de pagamentos em decorrência de conduta exclusiva da contratada;

20.4. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá manter as certidões atualizadas e apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de Regularidade Fiscal e Trabalhista.

20.5. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Município em favor da (s) empresa (s) vencedora (s). Caso a mesma seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

20.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

20.7 – E demais cláusulas constantes no Termo de Referência.

21 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

21.1 – Fornecer o objeto licitado de acordo com o especificado no Termo Referência ANEXO I deste Edital e em consonância com a proposta de preços;

21.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

21.3 – A futura contratada se responsabilizará por eventuais danos ou prejuízos causados direta ou





indiretamente, à Prefeitura ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo de seus representantes ou empregados na execução do contrato.

21.4 – A futura contratada deverá **assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais** e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados.

21.5 – A futura contratada deverá assumir a responsabilidade pelos **encargos fiscais e comerciais** resultantes da entrega dos produtos solicitados;

21.6 - Atender prontamente as solicitações da contratante acerca do fornecimento, e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

21.7 - Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos bens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos de que resultem as destruições ou danificações dos bens, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo dos Bens” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

21.8 - Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

21.9 - Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento;

21.10 - Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame;

21.11 - Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

21.12 – A contratada deverá fornecer o objeto licitado, no prazo e forma, estipulados na proposta e disponibilizar produtos de boa qualidade, entendida de acordo com as especificações contidas no Anexo I Termo de Referência deste Edital.

21.13 - Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

21.14 - Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento dos produtos, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;





21.15 - Manter, durante toda a execução do fornecimento dos materiais, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração;

22 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

22.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

22.3. Comunicar ao Contratado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

22.4. Efetuar o pagamento à Contratada (s) no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Edital podendo ser em até **30 (trinta)** dia útil após apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada;

22.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Edital e Termo de Referência.

22.6. Permitir o acesso dos empregados do licitante vencedor as suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações.

22.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela futura contratada.

22.8. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do licitante vencedor, por intermédio de servidor (es) devidamente designado, devendo rejeitar, no todo ou em parte, os produtos apresentados em desacordo com o Edital, Termo de Referência e/ou Contrato/e ou ordem de fornecimento, não eximindo o licitante vencedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento de suas obrigações.

22.9. Atestar e efetuar o pagamento das Notas Fiscais correspondentes ao objeto desta contratação, conforme estabelecido no Edital e Termo de Referência.

22.10. Comunicar a empresa vencedora toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega dos produtos, fixando prazos para sua correção.

22.11. Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS





23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

23.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

- 1. moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6 (seis) dias;
- 2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

23.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

23.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.





23.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

23.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

23.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

23.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1- Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata da Sessão no sistema eletrônico;

24.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, **a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente**, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Pregoeiro;





24.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante **a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;**

24.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação/Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

24.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

24.6 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

24.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim/RO;

24.8 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

24.9 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital;

24.10 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <https://www.guajaramirim.ro.gov.br>, www.licitanet.com.br e <https://pncp.gov.br/app/editais> e também poderão ser lidos ou obtidas cópias no setor da DCL, situado na Avenida XV de Novembro nº. 930 – Centro, Guajará-Mirim/RO, CEP:76.860-000, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 14h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

24.11 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

24.12 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

24.13 - Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Agente de





Contratação/Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados, para orientar sua decisão;

24.14 - Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

24.15 - O Agente de Contratação/Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo;

24.16 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

24.17 - As decisões do Agente de Contratação/Pregoeiro serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: <https://www.guajaramirim.ro.gov.br>;

24.18 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

24.19 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Guajará-Mirim/RO revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

24.20 - O Município de Guajará-Mirim/RO poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

25. DO FORO

25.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Guajará-Mirim/RO, para dirimir as possíveis e quaisquer dúvidas referentes à licitação, contrato e procedimentos dela resultantes, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Guajará-Mirim/RO, 22 de junho de 2026.

Elaborado por:

FRANCILENE RIBEIRO DE LIMA
Equipe de Apoio

Aprovado:

ROGER GHALWAN TAVARES DE SOUZA
Diretor Geral de Compras e Licitações





ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS PRODUTOS E QUANTITATIVO (Modelo de Proposta de Preço)

ITEM 01

Item	Descrição	UND	QUANT	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	Lancha Escolar Média (LE-M). Casco: Alumínio naval reforçado (5083 ou equivalente); Comprimento total: Entre 8.700mm a 8.900mm; Largura Externa: Entre 2.700mm a 2.900mm. Altura Externa: Entre 2.250mm a 2.350mm. - Capacidade para transportar 20 passageiros sentados mais 01 tripulante (piloto). - Casco: Alumínio naval reforçado, liga nval 5052 ou equivalente. - Chapa de alumínio: Fundo: mínimo 4 mm; Costado/bordas: mínimo 3 mm. - Motor de popa 4 tempos, Potência mínima: 90 HP; Partida elétrica; Sistema de comando remoto; Hélice compatível com o conjunto; Tanque de combustível 60L mínimo, com mangueiras e conexões certificadas. - 21 coletes salva-vidas homologados pela Marinha Sendo 10 coletes com capacidade de 35 a 55 kg; 10 coletes com capacidade de 55 a 110 kg; 01 colete salva-vidas para o piloto com capacidade de 55 a 110 kg; 01 boia circular com cabo; 01 extintor de incêndio adequado; Luzes de navegação (bordo, popa e tope); Bomba de porão (manual ou elétrica); Kit de primeiros socorros; Remos, âncora com cabo e pá de borda. - Bancos com estofamento impermeável com cinto de segurança individual; Piso interno antiderrapante; Corrimãos e apoios laterais; Compartimentos para armazenamento dos itens de segurança; Escada de subida/embarque; Para-brisa. Descrição – Painel de Comando para Lancha Escolar Média LE-M: O painel deve conter, no mínimo: • Instrumentos do motor: Tacômetro (conta-giros); Indicador de velocidade (GPS ou velocímetro); Indicador de temperatura do motor; Indicador de pressão ou luz de alerta; Horímetro (controle de horas de uso); Indicador de trim (elevação do motor). • Indicadores do sistema elétrico: Voltímetro; Interruptor geral (chave geral); Painel de disjuntores ou fusíveis protegidos. • Controles Essenciais: Chave de ignição com interruptor de segurança (botão corta-corrente – tipo “Dead Man Switch”); Comando remoto completo do motor (aceleração e marcha); Botões ou chaves para acionamento como luzes de navegação (bordo, popa e tope); Bomba de porão; Farol de busca; Buzina elétrica; Sistema de iluminação interna. • Equipamentos de Navegação: Bússola náutica; GPS simples ou velocímetro por GPS; Suporte para rádio VHF. Volante ou manche anatômico, com boa resposta e precisão, a altura do painel compatível com a posição de pilotagem, espaço adequado para o piloto operar sem restrições. É importante que todos os instrumentos devem ser posicionados de forma que o piloto visualize sem desviar a atenção da navegação. - A lancha deverá atender às especificações técnicas estabelecidas pelo FNDE para embarcações do tipo Lancha Escolar Média (LE-M), conforme Resoluções vigentes do Programa Caminho da Escola.	Unid	02			
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$	





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



ITEM 02

Item	Descrição	UND	QUANT	Marca	Valor Unit.	Valor Total
02	Voadeira Em Alumínio Com Capota E Motor De Popa 90 HP 4t , Casco Totalmente Soldado, Chapa De 03mm No Casco E 2,5mm Nas Laterais, 9mt De Comprimento, 1,90m De Boca Máxima, 75cm De Borda Lateral, Motor De Popa 90 Hp 4t, Partida Elétrica, Comando A Distância, 04 Cilindro Com Injeção Eletrônica, Tanque De Combustível Mínimo De 60 Lt, Capacidade Mínima Para 10 Pessoas. Equipado Com Os Seguintes Acessórios; Com Bancos Estofados, Kit De Direção Teleflex Big-T, Cabos De Comando, Bateria De 70 Amp, Iluminação Interna E Luzes De Navegação, (Olho De Tubarão E Mastro), Chave Geral, Painel Elétrico Com 03 Funções, Bomba De Porão 1000gph Com Automático, Kit Filtro Separador, Material Elétrico, Tomada 12v, Capota Removível E Escada De Popa.	Und	01			
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$	

ITEM 03

Item	Descrição	UND	QUANT	Marca	Valor Unit.	Valor Total
03	Motor de popa 30 HP 4 tempos . Potência: 30 HP (cavalos de potência) Cilindros: 3 cilindros; Sistema de Injeção: Injeção Eletrônica de Combustível (EFI); Hélice: 3 pás, alumínio; Partida: Partida Elétrica ou Manual; Peso Líquido: 62 kg; Engate: Frente-Neutro Ré (F-NR); Sistema de Aviso ao Operador: Inclui alertas para baixa pressão de óleo, excesso de rotação, superaquecimento e falha de sensores. - ITENS DE SEGURANÇA IMPORTANTES: Corta-corrente com cordão de segurança Limitador eletrônico de rotação; Proteção contra superaquecimento Proteção contrapartida engatada; Sistema de inclinação(trim/tilt) manual ou hidráulico. - OBSERVAÇÕES TÉCNICAS IMPORTANTES: Compatível com embarcações de médio porte; Baixo nível de vibração devido aos 3 cilindros; Atende normas ambientais de emissões (EPA / equivalentes;	Und	02			
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$	





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



ITEM 04

Item	Descrição	UND	QUANT	Marca	Valor Unit.	Valor Total
04	Motor Rabeta 6,5 HP Motor: Potência máxima: ~6,0 a 6,5 cv (HP) a ~3.600 rpm Cilindrada:~196 cc Tipo de motor: Monocilíndrico, 4 tempos, refrigerado a ar Combustível: Gasolina comum Partida: Manual (retrátil / puxador) Ignição: Eletrônica (CDI) Sistema de lubrificação: Salpico Capacidade do tanque de combustível: ~1,0 a 3,6 L (varia por modelo) Capacidade de óleo do motor: ~0,6 L Consumo médio de combustível: ~1,5–1,7 L/h Peso do motor: ~14–25 kg (sem rabeta) Tipo de rabeta: Vertical ou horizontal (escolha conforme uso/água) Comprimento da rabeta: ~1,5 m a 2,2 m (varia por modelo) Direção: Manete com giro de até 360 ° (em rabetas verticais) Hélice: Normalmente 3 pás em alumínio (tamanhos típicos ~200 mm Hélice protegida para evitar acidentes) Transmissão: Embreagem centrífuga (em modelos com embreagem) Lubrificação da rabeta: Graxa nos pontos de eixo/união Peso total com rabeta: ~22–27 kg (depende de combinação motor + rabeta; Para operação segura da embarcação equipada com motor rabeta 6,5 HP.	Und	02			
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$	

ITEM 05

Item	Descrição	UND	QUANT	Marca	Valor Unit.	Valor Total
05	Carretinha para Bote de 7 Metros, Tipo: Carretinha / Trailer marítimo Uso: Transporte de embarcação até 7 metros; Capacidade de carga: Aproximadamente 1.200 a 1.800 kg, conforme projeto e fabricante; Chassi: Aço carbono reforçado, Tratamento anticorrosivo (galvanizado ou pintura epóxi; Longarinas: Reforçadas para absorção de impacto e distribuição de peso; Berços / roletes: Apoios ajustáveis em borracha ou PVC, Distribuição uniforme do peso do bote; Eixos e Suspensão Número de eixos:1 eixo reforçado (podendo ser 2 eixos, conforme peso do bote) Suspensão: Feixe de molas semi-elípticas; Capacidade por eixo: Aproximadamente 750 a 1.200 kg; Sistema de Rodagem Rodas: Aro 13", 14" ou 15"; Pneus: Tipo rodoviário, compatível com carga; Rolamentos: Selados, próprios para uso em ambiente úmido; Sistema de Frenagem Freios: Mecânico ou hidráulico (conforme capacidade da carretinha), obrigatório para cargas maiores, conforme legislação de trânsito; Freio de estacionamento: Manual; Engate e Segurança Engate: bola padrão 50 mm Cabo de segurança: Cabo de aço para retenção em caso de desacoplamento Corrente de segurança: Conforme normas de trânsito; Iluminação e Sinalização, Sistema elétrico:12 V; Luzes: Lanternas traseiras (freio, posição e seta), Luz de placa, Refletores traseiros e laterais; Conector: Plug padrão automotivo; Guincho de Proa Tipo: Guincho manual com catraca; Capacidade: Compatível com o peso do bote; Cinta ou cabo: Cinta sintética ou cabo de aço; Dimensões Aproximadas, Comprimento total: 7,5 a 8,0 m; Largura: compatível com o bote (até 2,60 m, conforme legislação); Altura: variável conforme rodas e estrutura; Itens de Segurança Adicionais: Calços de roda, Trava antifurto (recomendável), Cintas de amarração do bote, Suporte para estepe. - Observações Importantes: A carretinha deve estar licenciada e emplacada, conforme legislação de trânsito. Respeitar capacidade máxima de carga indicada pelo fabricante. Manutenção periódica de rolamentos, pneus, freios e iluminação.	Und	04			
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$	





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



ITEM 06

Item	Descrição	UND	QUANT	Marca	Valor Unit.	Valor Total
06	Colete salva-vidas tipo jaqueta , homologados pela Marinha do Brasil, ajustados de acordo com a faixa de peso e idade para crianças com massa corporal entre 25 kg a 35 kg, devidamente homologado pela Marinha do Brasil, O colete deve ser ajustado ao corpo, devendo garantir flutuação suficiente para manter a cabeça fora da água. Confeccionado em tecido externo em nylon naval ou poliéster de alta resistência, impermeável e de secagem rápida, enchimento interno em espuma de polietileno expandido (EPE) ou material similar. Devendo possuir fluviabilidade mantendo a criança com vias respiratórias fora da água.	Und	10			
VALORTOTAL ESTIMADO				R\$		

ITEM 07

Item	Descrição	UND	QUANT	Marca	Valor Unit.	Valor Total
07	Colete salva-vidas tipo jaqueta , homologados pela Marinha do Brasil, ajustados de acordo com a faixa de peso e idade para crianças com massa corporal entre 35 kg a 55 kg, devidamente homologado pela Marinha do Brasil, O colete deve ser ajustado ao corpo, devendo garantir flutuação suficiente para manter a cabeça fora da água. Confeccionado em tecido externo em nylon naval ou poliéster de alta resistência, impermeável e de secagem rápida, enchimento interno em espuma de polietileno expandido (EPE) ou material similar. Devendo possuir fluviabilidade mantendo a criança com vias respiratórias fora da água.	Und	10			
VALORTOTAL ESTIMADO				R\$		

ITEM 08

Item	Descrição	UND	QUANT	Marca	Valor Unit.	Valor Total
08	Colete salva-vidas tipo jaqueta , homologados pela Marinha do Brasil, ajustados de acordo com a faixa de peso e idade para crianças com massa corporal entre 55 kg a 110 kg, devidamente homologado pela Marinha do Brasil, O colete deve ser ajustado ao corpo, devendo garantir flutuação suficiente para manter a cabeça fora da água. Confeccionado em tecido externo em nylon naval ou poliéster de alta resistência, impermeável e de secagem rápida, enchimento interno em espuma de polietileno expandido (EPE) ou material similar. Devendo possuir fluviabilidade mantendo a criança com vias respiratórias fora da água.	Und	10			
VALORTOTAL ESTIMADO				R\$		





ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - DCL



1. Declaramos que a validade desta proposta é de ____ (_____) dias a contar da data de sua entrega (mínimo 60 dias).
2. Declaramos expressamente que, no (s) preço (s) acima ofertado (s), estão inclusos todos os custos indiretos tais como: impostos, taxas, fretes, seguros etc.
3. Declaramos que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
4. Prazo da Aquisição: () dias corridos, contado a partir da retirada da respectiva Ordem de Fornecimento.
5. Informamos ainda que a conta bancária da empresa é no Banco _____, Nº _____, Agência _____, e o nosso telefone para contato é _____, fax _____ e e-mail.

Atenciosamente,

Guajará-Mirim, ____ de _____ de _____.

Diretor ou representante legal





ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026

A _____ (**nome da empresa**) _____, CNPJ/MF Nº _____, sediada _____ (**endereço completo**), telefone para contato (____) _____, e-mail _____. **Declaramos** sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que: a Falsidade da declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação caracterizará crime, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei 14.133/2021.

I – Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estamos sob o **regime de microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. (**OBS: Declarar somente quando a empresa se enquadrar no regime MEI, ME ou EPP**).

II - Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

III - Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;

IV - Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

V - Cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

VI - Responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema.

VII - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VIII - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

IX – Sob as penas da Lei e a quem possa interessar que, em obediência aos dispositivos legais transcritos no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal e atendendo as exigências editalícias do presente certame, não possui em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

X – Sob as penas da lei, que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (conforme inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021);

XI - Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

XII – Estar ciente, conhecer e entender os termos das leis anticorrupção brasileiras (Lei Federal nº 12.846/2013) ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Local e Data,

(Responsável legal e assinatura)

*** Quando do não envio desta declaração, poderá ser utilizado o relatório de Declaração expedido pelo sistema LICITANET em substituição, sem prejuízo do procedimento licitatório.**





TERMO DE REFERÊNCIA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Processo Administrativo nº 249/2026.

1.2. Termo de referência elaborado através das informações do Estudo técnico Preliminar e Documento de Formalização de Demanda.

1.3. Do órgão participante

Secretaria Municipal De Educação - SEMED.

1.4. Responsável pela Demanda: Sra. Maria Tereza Crespo Ribeiro

Cargo: Secretária Municipal.

2. INTRODUÇÃO:

2.1. Em atendimento ao Artigo 6º, inciso XXIII da Lei de Licitações e Contratos 14.133/21, o presente Termo de Referência tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a pretensa aquisição De Embarcação Fluvial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de atender às necessidades do transporte escolar dos alunos da zona rural, neste ato objetiva a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1. Aquisição de embarcação fluvial, motor de popa, carreta rodoviária e coletes salva-vidas, conforme especificações definidas neste termo de referência.

Item	Descrição	Unid	Quant	V. Unt.	V.Total.
1	Lancha Escolar Média (LE-M). Casco: Alumínio naval reforçado (5083 ou equivalente); Comprimento total: Entre 8.700mm a 8.900mm; Largura Externa: Entre 2.700mm a 2.900mm. Altura Externa: Entre 2.250mm a 2.350mm. - Capacidade para transportar 20 passageiros sentados mais 01 tripulante (piloto). - Casco: Alumínio naval reforçado, liga nval 5052 ou equivalente. - Chapa de alumínio: Fundo: mínimo 4 mm; Costado/bordas: mínimo 3 mm. - Motor de popa 4 tempos, Potência mínima: 90 HP; Partida elétrica; Sistema de comando remoto; Hélice compatível com o conjunto; Tanque de combustível 60L mínimo, com mangueiras e conexões certificadas. - 21 coletes salva-vidas homologados pela Marinha Sendo 10 coletes com capacidade de 35 a 55 kg; 10 coletes com capacidade de 55 a	Unid	02	R\$ 397.333,33	R\$ 794.666,66





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



<p>110 kg; 01 colete salva-vidas para o piloto com capacidade de 55 a 110 kg; 01 boia circular com cabo; 01 extintor de incêndio adequado; Luzes de navegação (bordo, popa e tope); Bomba de porão (manual ou elétrica); Kit de primeiros socorros; Remos, âncora com cabo e pá de borda. - Bancos com estofamento impermeável com cinto de segurança individual; Piso interno antiderrapante; Corrimãos e apoios laterais; Compartimentos para armazenamento dos itens de segurança; Escada de subida/embarque; Para-brisa. Descrição – Painel de Comando para Lancha Escolar Média LE-M: O painel deve conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Instrumentos do motor: Tacômetro (conta-giros); Indicador de velocidade (GPS ou velocímetro); Indicador de temperatura do motor; Indicador de pressão ou luz de alerta; Horímetro (controle de horas de uso); Indicador de trim (elevação do motor).• Indicadores do sistema elétrico: Voltímetro; Interruptor geral (chave geral); Painel de disjuntores ou fusíveis protegidos.• Controles Essenciais: Chave de ignição com interruptor de segurança (botão corta-corrente – tipo “Dead Man Switch”); Comando remoto completo do motor (aceleração e marcha); Botões ou chaves para acionamento como luzes de navegação (bordo, popa e tope); Bomba de porão; Farol de busca; Buzina elétrica; Sistema de iluminação interna.• Equipamentos de Navegação: Bússola náutica; GPS simples ou velocímetro por GPS; Suporte para rádio VHF. Volante ou manche anatômico, com boa resposta e precisão, a altura do painel compatível com a posição de pilotagem, espaço adequado para o piloto operar				
--	--	--	--	--

DCL/2023

Av. 15 de Novembro, 930, Centro/ E-mail: cpldepartamento@gmail.com



ID: 883666 e CRC: 7CA211EE





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



	sem restrições. É importante que todos os instrumentos devem ser posicionados de forma que o piloto visualize sem desviar a atenção da navegação. - A lancha deverá atender às especificações técnicas estabelecidas pelo FNDE para embarcações do tipo Lancha Escolar Média (LE-M), conforme Resoluções vigentes do Programa Caminho da Escola.				
2	-Voadeira Em Alumínio Com Capota E Motor De Popa 90 HP 4t , Casco Totalmente Soldado, Chapa De 03mm No Casco E 2,5mm Nas Laterais, 9mt De Comprimento, 1,90m De Boca Máxima, 75cm De Borda Lateral, Motor De Popa 90 Hp 4t, Partida Elétrica, Comando A Distância, 04 Cilindro Com Injeção Eletrônica, Tanque De Combustível Mínimo De 60 Lt, Capacidade Mínima Para 10 Pessoas. Equipado Com Os Seguintes Acessórios; Com Bancos Estofados, Kit De Direção Teleflex Big-T, Cabos De Comando, Bateria De 70 Amp, Iluminação Interna E Luzes De Navegação, (Olho De Tubarão E Mastro), Chave Geral, Painelelétrico Com 03 Funções, Bomba De Porão 1000gph Com Automático, Kit Filtro Separador, Material Elétrico, Tomada 12v, Capota Removível E Escada De Popa.	Und	01	R\$ 269.666,67	R\$ 269.666,67
3	-Motor de popa 30 HP 4 tempos . Potência: 30 HP (cavalos de potência) Cilindros: 3 cilindros; Sistema de Injeção: Injeção Eletrônica de Combustível (EFI); Hélice: 3 pás, alumínio; Partida: Partida Elétrica ou Manual; Peso Líquido: 62 kg; Engate: Frente-Neutro Ré (F-NR); Sistema de Aviso ao Operador: Inclui alertas para baixa pressão de óleo, excesso de rotação, superaquecimento e falha de sensores. -ITENS DE	Und	02	R\$ 31.353,33	R\$ 62.706,66

DCL/2023

Av. 15 de Novembro, 930, Centro/ E-mail: cpldepartamento@gmail.com



ID: 883666 e CRC: 7CA211EE





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



	SEGURANÇA IMPORTANTES: Corta-corrente com cordão de segurança Limitador eletrônico de rotação; Proteção contra superaquecimento Proteção contrapartida engatada; Sistema de inclinação(trim/tilt) manual ou hidráulico. -OBSERVAÇÕES TÉCNICAS IMPORTANTES: Compatível com embarcações de médio porte; Baixo nível de vibração devido aos 3 cilindros; Atende normas ambientais de emissões (EPA / equivalentes;				
4	-Motor Rabeta 6,5 HP Motor: Potência máxima: ~6,0 a 6,5 cv (HP) a ~3.600 rpm Cilindrada:~196 cc Tipo de motor: Monocilíndrico, 4 tempos, refrigerado a ar Combustível: Gasolina comum Partida: Manual (retrátil / puxador) Ignição: Eletrônica (CDI) Sistema de lubrificação: Salpico Capacidade do tanque de combustível: ~1,0 a 3,6 L (varia por modelo) Capacidade de óleo do motor: ~0,6 L Consumo médio de combustível: ~1,5–1,7 L/h Peso do motor: ~14–25 kg (sem rabeta) Tipo de rabeta: Vertical ou horizontal (escolha conforme uso/água) Comprimento da rabeta: ~1,5 m a 2,2 m (varia por modelo) Direção: Manete com giro de até 360 ° (em rabetas verticais) Hélice: Normalmente 3 pás em alumínio (tamanhos típicos ~200 mm Hélice protegida para evitar acidentes) Transmissão: Embreagem centrífuga (em modelos com embreagem) Lubrificação da rabeta: Graxa nos pontos de eixo/união Peso total com rabeta: ~22–27 kg (depende de combinação motor + rabeta; Para operação segura da embarcação equipada com motor rabeta 6,5 HP.	Und	02	R\$ 3.336,67	R\$ 6.673,34
5	- Carretinha para Bote de 7 Metros, Tipo: Carretinha / Trailer marítimo Uso: Transporte de embarcação até 7 metros; Capacidade de carga:	Und	04	R\$ 27.266,67	R\$ 109.066,68

DCL/2024

Av. 15 de Novembro, 930, Centro/ E-mail: cpldepartamento@gmail.com





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



<p>Aproximadamente 1.200 a 1.800 kg, conforme projeto e fabricante; Chassi: Aço carbono reforçado, Tratamento anticorrosivo (galvanizado ou pintura epóxi; Longarinas: Reforçadas para absorção de impacto e distribuição de peso; Berços / roletes: Apoios ajustáveis em borracha ou PVC, Distribuição uniforme do peso do bote; Eixos e Suspensão Número de eixos:1 eixo reforçado (podendo ser 2 eixos, conforme peso do bote) Suspensão: Feixe de molas semi-elípticas; Capacidade por eixo: Aproximadamente 750 a 1.200 kg; Sistema de Rodagem Rodas: Aro 13", 14" ou 15"; Pneus: Tipo rodoviário, compatível com carga; Rolamentos: Selados, próprios para uso em ambiente úmido; Sistema de Frenagem Freios: Mecânico ou hidráulico (conforme capacidade da carretinha), obrigatório para cargas maiores, conforme legislação de trânsito; Freio de estacionamento: Manual; Engate e Segurança Engate: bola padrão 50 mm Cabo de segurança: Cabo de aço para retenção em caso de desacoplamento Corrente de segurança: Conforme normas de trânsito; Iluminação e Sinalização, Sistema elétrico:12 V; Luzes: Lanternas traseiras (freio, posição e seta), Luz de placa, Refletores traseiros e laterais; Conector: Plug padrão automotivo; Guincho de Proa Tipo: Guincho manual com catraca; Capacidade: Compatível com o peso do bote; Cinta ou cabo: Cinta sintética ou cabo de aço; Dimensões Aproximadas, Comprimento total: 7,5 a 8,0 m; Largura: compatível com o bote (até 2,60 m, conforme legislação); Altura: variável conforme rodas e estrutura; Itens de Segurança</p>				
---	--	--	--	--

DCL/2025

Av. 15 de Novembro, 930, Centro/ E-mail: cpldepartamento@gmail.com





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



	Adicionais: Calços de roda, Trava antifurto (recomendável), Cintas de amarração do bote, Suporte para estepe. - Observações Importantes: A carretinha deve estar licenciada e emplacada, conforme legislação de trânsito. Respeitar capacidade máxima de carga indicada pelo fabricante. Manutenção periódica de rolamentos, pneus, freios e iluminação.				
6	- Colete salva-vidas tipo jaqueta , homologados pela Marinha do Brasil, ajustados de acordo com a faixa de peso e idade para crianças com massa corporal entre 25 kg a 35 kg, devidamente homologado pela Marinha do Brasil, O colete deve ser ajustado ao corpo, devendo garantir flutuação suficiente para manter a cabeça fora da água. Confeccionado em tecido externo em nylon naval ou poliéster de alta resistência, impermeável e de secagem rápida, enchimento interno em espuma de polietileno expandido (EPE) ou material similar. Devendo possuir flutuabilidade mantendo a criança com vias respiratórias fora da água.	Und	10	R\$ 189,87	R\$ 1.898,70
7	- Colete salva-vidas tipo jaqueta , homologados pela Marinha do Brasil, ajustados de acordo com a faixa de peso e idade para crianças com massa corporal entre 35 kg a 55 kg, devidamente homologado pela Marinha do Brasil, O colete deve ser ajustado ao corpo, devendo garantir flutuação suficiente para manter a cabeça fora da água. Confeccionado em tecido externo em nylon naval ou poliéster de alta resistência, impermeável e de secagem rápida, enchimento interno em espuma de polietileno expandido (EPE) ou material similar. Devendo possuir flutuabilidade mantendo a	Und	10	R\$ 176,32	R\$ 1.763,20

DCL/2026

Av. 15 de Novembro, 930, Centro/ E-mail: cpldepartamento@gmail.com



ID: 883666 e CRC: 7CA211EE



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



	criança com vias respiratórias fora da água.				
8	- Colete salva-vidas tipo jaqueta , homologados pela Marinha do Brasil, ajustados de acordo com a faixa de peso e idade para crianças com massa corporal entre 55 kg a 110 kg, devidamente homologado pela Marinha do Brasil. O colete deve ser ajustado ao corpo, devendo garantir flutuação suficiente para manter a cabeça fora da água. Confeccionado em tecido externo em nylon naval ou poliéster de alta resistência, impermeável e de secagem rápida, enchimento interno em espuma de polietileno expandido (EPE) ou material similar. Devendo possuir flutuabilidade mantendo a criança com vias respiratórias fora da água.	Und	10	R\$ 294,74	R\$ 2.947,40
Valor Total Estimado R\$ 1.249.389,31					

3.3 CLASSIFICAÇÃO DOS OBJETOS

3.3.1. O bem objeto desta aquisição são caracterizados como comum conforme justificativa constante do Estudo Técnico preliminar, essa compra visa assegurar a continuidade e o funcionamento das atividades essenciais, sendo um item de fundamental importância para a administração pública. (Art. 20 da Lei 14.133/2021).

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Faz-se necessária a aquisição de embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária para incorporação ao patrimônio público, destinados ao transporte escolar das crianças da zona rural ribeirinhas.

4.2. A Secretaria Municipal de Educação apresenta necessidade urgente de aquisição de embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária e coletes para atender ao transporte escolar das crianças residentes na zona rural Fluvial do município Localizada no Distrito de Surpresa e a Localidade de Margarina no Rio Pacaás Novos. - Considerando as características geográficas da região, marcada por extensas áreas alagáveis e cursos d'água que dificultam o acesso por via terrestre, a utilização de embarcações se torna imprescindível para garantir o transporte seguro, contínuo e regular dos estudantes às unidades escolares, todas vinculadas à SEMED - Secretaria Municipal de Educação.

4.3. Além disso, a necessidade de transporte seguro se estende ao período completo de 12 meses, garantindo que a rotina escolar das crianças não seja prejudicada por barreiras logísticas, promovendo o direito à educação e a permanência escolar.

4.4. Essa contratação justifica-se pela necessidade de:

4.5. Garantir o acesso regular, seguro e adequado dos estudantes residentes nas comunidades rurais ribeirinhas do Distrito de Surpresa e da localidade de Margarida, ambas pertencentes à zona rural do município e atendidas pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

DCL/2023

Av. 15 de Novembro, 930, Centro/ E-mail: cpldepartamento@gmail.com





Tais localidades apresentam características geográficas específicas, sendo áreas de difícil acesso terrestre e com deslocamento predominantemente realizado por vias fluviais, o que torna indispensável a utilização de embarcações apropriadas para assegurar o transporte escolar diário.

A ausência de embarcação fluvial adequada compromete diretamente a execução do Programa de Transporte Escolar Rural, impossibilitando o deslocamento regular dos alunos às unidades de ensino e, conseqüentemente, colocando em risco o cumprimento do calendário escolar, a assiduidade, a permanência e o desempenho dos estudantes. Além disso, o transporte escolar fluvial atualmente disponível encontra-se insuficiente para atender a demanda local, apresentando limitações operacionais e de capacidade, o que reforça a necessidade de aquisição de embarcação nova, com motor de popa compatível e carreta rodoviária destinada ao deslocamento para manutenção e inspeções.

4.6. A aquisição da embarcação e seus equipamentos associados visa promover segurança e eficiência no deslocamento dos estudantes, uma vez que o trajeto fluvial nas regiões do rio Mamoré e seus afluentes exige embarcação com características técnicas específicas, incluindo estabilidade, resistência, capacidade de carga compatível com o número de alunos atendidos e motorização capaz de operar de forma segura em diferentes condições de navegabilidade. A embarcação deverá atender aos requisitos legais de navegação interior, garantindo a integridade física dos alunos e dos operadores e reduzindo riscos de acidentes.

4.7. Além disso, o motor de popa adequado é fundamental para assegurar autonomia, velocidade operacional compatível com os percursos e economia de combustível, contribuindo para a eficiência e a sustentabilidade da utilização do equipamento adquirido.

4.8. Já a carreta rodoviária se faz necessária para permitir o transporte da embarcação até pontos de manutenção, revisão e conservação, garantindo a continuidade da operacionalidade dos bens e o prolongamento de sua vida útil. A contratação atende aos princípios da eficiência, segurança, economicidade e interesse social previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que a aquisição dos bens é indispensável para viabilizar e manter a execução do transporte escolar fluvial, atividade essencial e obrigatória para assegurar o acesso à educação básica aos estudantes que residem em áreas isoladas. A não aquisição dos equipamentos acarretaria prejuízo ao fluxo escolar, risco de evasão, descumprimento das obrigações legais e impossibilidade de atendimento adequado às comunidades ribeirinhas atendidas pela SEMED.

4.9. Diante do exposto, a aquisição da embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária configura-se como medida imprescindível, plenamente justificada e alinhada às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação, assegurando a oferta de transporte escolar seguro, regular e eficiente às comunidades do Distrito de Surpresa e de Margarida, fortalecendo o direito constitucional de acesso à educação e promovendo o desenvolvimento educacional nas regiões ribeirinhas do município.

Dessa forma, a contratação se mostra essencial e imprescindível, assegurando não apenas a regularidade do transporte escolar nas áreas fluviais, mas também a preservação do patrimônio público, a segurança dos estudantes e a melhoria da qualidade do ensino ofertado pelo município.

5. DA METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. O referido projeto consta no Plano Anual de Contratação (PAC), encontrando-se dentro da previsão de despesas para a unidade solicitante.

5.2. A referida quantidade foi estimada com base de cálculo levantada nas informações colhidas in loco da SEMED.





6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 A descrição da solução como um todo encontra-se descrita em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar *item 13*, anexo do Edital deste Termo de Referência.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A empresa CONTRATADA deverá realizar a entrega em **remessa única**.

7.2. Todos os custos referentes à entrega como impostos, taxas, pedágios, fretes e todas as demais despesas, serão de responsabilidade da empresa contratada.

7.3. A futura contratada será responsável pelo fornecimento dos bens, compreendendo embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária, destinados ao atendimento do transporte escolar das crianças da zona rural, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. Todos os itens deverão ser novos, sem uso anterior, e estar em plena conformidade com as normas técnicas, legislações vigentes e regulamentos aplicáveis, incluindo aqueles emitidos pelo FNDE, quando pertinentes.

7.4. Os bens deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais técnicos, certificados de garantia, notas fiscais, termo de garantia do fabricante, bem como demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

7.5. Aplica-se, no que couber, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme a lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

7.6. Todos os bens adquiridos deverão estar em total conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas técnicas de segurança, desempenho e qualidade.

7.7. A contratada deverá apresentar, quando exigível, a documentação de responsabilidade técnica, bem como manuais, certificados de garantia e demais documentos que assegurem a integridade, o funcionamento adequado e a segurança dos equipamentos durante sua utilização.

7.8. A contratada deverá indicar representante legal ou responsável técnico, com poderes para prestar esclarecimentos e tratar de assuntos relacionados à entrega dos bens, garantia, suporte técnico e demais obrigações decorrentes da contratação.

7.9. A entrega dos bens deverá ocorrer no Almoxarifado Central da COMAD, localizado na Avenida XV de Novembro, nº 3332, Bairro 10 de Abril, Guajará-Mirim/RO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 14h00min. Havendo necessidade de entrega em horário diferenciado, esta deverá ser previamente autorizada pela fiscalização do contrato.

7.10. A entrega dos equipamentos será realizada conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação. Todos os custos relacionados ao transporte, descarga, montagem (quando aplicável), testes iniciais de funcionamento e entrega técnica correrão por conta da contratada e deverão estar incluídos no valor contratado.

7.11. A contratação visa assegurar o fornecimento de equipamentos essenciais ao transporte escolar fluvial, bem como a preservação da garantia técnica fornecida pelo fabricante.

7.12. A contratada deverá assegurar, durante o período de garantia, o suporte técnico necessário e o fornecimento de peças originais, quando aplicável, garantindo a durabilidade, segurança e confiabilidade da embarcação, do motor de popa e da carreta rodoviária.

7.13. A entrega dos bens deverá atender às necessidades das unidades escolares atendidas pelo transporte fluvial, incluindo aquelas localizadas em áreas de difícil acesso, garantindo que os alunos da zona rural tenham acesso seguro, regular e contínuo às atividades escolares, em consonância com o interesse público e o direito à educação.

7.14. A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



7.15. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante todo o processo de aquisição;

7.16. Não suspender fornecimento dos Objetos sem prévia comunicação a contratante, por quaisquer motivos supervenientes.

7.17. Os produtos deste Termo de Referência deverão possuir a Garantia mínima de 01 (um) ano, prestada por empresa autorizada.

7.18. Os objetos deste termo de referência deverão ser novos, de primeiro uso, não sendo, em hipótese alguma, permitida a oferta de equipamentos resultantes de processo de recondicionamento e /ou remanufaturamento.

7.19. Os objetos a serem entregues deverão ser fabricados de acordo com as normas técnicas em vigor e legislação pertinente.

7.20. Durante o período de garantia, as despesas decorrentes da manutenção corretiva e de substituição de peças/componentes que apresentem defeitos de fabricação, devido ao uso normal da embarcação fluvial, ocorrerão por conta exclusiva da contratada sem qualquer ônus para o Município.

7.21. A licitante deverá apresentar Declaração de Compromisso de que, em caso de sagrar-se vencedora, garantirá a prestação de assistência técnica e fornecimento de peças no Estado de Rondônia, seja por meio de estrutura própria ou por meio de contrato com empresa especializada local, a ser comprovado no ato da assinatura do contrato.

7.22. A licitante deverá apresentar declaração, garantindo tempo de resposta de, no máximo, 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas a partir do registro formal do chamado técnico, preferencialmente realizado em horário comercial (das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira).

7.23. A licitante em caso de sagrar-se vencedora deverá apresentar uma declaração contendo a razão social, o endereço e o telefone dos responsáveis pela execução da garantia e assistência técnica no estado de Rondônia, seja por meio de estrutura própria ou por meio de contrato com empresa especializada local, a ser comprovado no ato da assinatura do contrato.

7.24. A solução contratada deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, incluindo transporte frete, seguros, tributos, entrega no local indicado pela Administração e demais encargos incidentes, não sendo admitida a cobrança de valores adicionais.

7.25. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE.

7.26. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando documentação comprobatória sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, durante todo o processo de fornecimento;

7.27. Reconhece a CONTRATADA em caráter irrevogável e irretratável que a presente contratação não gera qualquer obrigação ao CONTRATANTE que se promova a contratação na sua totalidade, cabendo ao CONTRATANTE a redução, ampliação ou não contratação do objeto constantes deste termo contratual.

7.28. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais.

7.29. Atender a todas as medidas de segurança necessárias ao transporte da embarcação fluvial;

7.30. Responder integralmente pelas obrigações contratuais nos termos da Lei 14.133/2021;

7.31. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, obrigando-se a atender todas as reclamações a respeito da qualidade do objeto, fornecendo suporte e meio para registro de reclamações, via telefone, fax e/ou correio eletrônico;





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



7.32. Se, no decorrer da execução, surgirem eventos ou características relevantes que possam vir a afetar o objeto do presente, deverá comunicar expressamente a contratante acerca do ocorrido;

7.33. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato. (Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, Art. 140, § 1º).

7.34. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. (Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, Art. 140, § 2º).

7.2. SUSTENTABILIDADE

7.2.1. Recomenda-se que o licitante fabricante e/ou fornecedor atenda aos critérios de contratações de sustentabilidade ambiental;

7.2.2. Que os produtos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material orgânico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

7.2.3. Atender aos preceitos regulamentares dos órgãos Oficiais Marítimo, nos aspectos relacionados a iluminação, sinalização e segurança Códigos e Convenções Marítimas - IMO, seu Regulamento e Resoluções).

7.3. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA/PRODUTO

7.3.1. Na presente aquisição não será vedada nenhuma marca/produto desde que atenda as especificações e condições contidas neste Termo de Referência.

7.4. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.4.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Termo.

8. DO LOCAL, PRAZO, FORMA DE ENTREGA DO OBJETO, DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

8.1. LOCAL/HORÁRIO

8.1.1. O prazo e a forma de entrega da AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÃO FLUVIAL, MOTOR DE POPA E CARRETA RODOVIÁRIA E COLETES PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA ZONA RURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO deverão observar critérios rígidos de organização, eficiência e conformidade com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

8.1.2. O material licitado será entregue exclusivamente na sede do Almoxarifado Central do Município de Guajará-Mirim, localizada na **Avenida XV de Novembro, nº 3332, Bairro 10 de Abril, CEP 76.850-000, Guajará-Mirim/RO**, sendo vedado qualquer outro local de recebimento que não o oficialmente designado pela Administração.

8.1.3. A entrega deverá ocorrer em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00 às 14h00, mediante prévia comunicação e confirmação de agendamento pela CONTRATADA, de modo a assegurar a adequada conferência, armazenamento e controle dos materiais recebidos.

8.1.4. A CONTRATADA deverá realizar a entrega integral da AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÃO FLUVIAL, MOTOR DE POPA E CARRETA RODOVIÁRIA E COLETES PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA ZONA RURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA ZONA RURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO **no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Nota de Empenho e Ordem de Serviço, devendo observar rigorosamente o cronograma de fornecimento definido pela Administração.





8.1.5. A entrega deverá ser efetuada dentro das datas estipuladas pela CONTRATANTE, prazos de produção, transporte e entrega, de forma a evitar atrasos que possam comprometer as continuidades da SEMED. Caso ocorra situação excepcional de força maior, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal devidamente comprovada, sujeita à análise e aceitação da CONTRATANTE, não afastando a responsabilidade pela adoção imediata das medidas necessárias para o restabelecimento da regularidade do fornecimento.

8.1.6. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições, vedado qualquer dano, defeito de fabricação ou divergência em relação às especificações técnicas previstas.

8.1.7. A conferência será realizada por servidor designado, que verificará a conformidade dos itens com a nota fiscal, com as amostras aprovadas e com as quantidades contratadas.

8.1.8. Somente após o atesto do recebimento provisório será considerada cumprida a obrigação de entrega.

8.1.9. Dessa forma, a CONTRATADA deverá assegurar que todo o processo logístico seja executado com planejamento, organização e segurança, garantindo que objetos sejam entregues no prazo estipulado e em plena conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela Secretaria Municipal de Educação.

8.2. DA GARANTIA

8.2.1. Os bens deverão ser entregues novos, sem uso, em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados de manuais técnicos, certificados de garantia, notas fiscais, termo de garantia do fabricante, bem como demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

8.2.2. Em conformidade com a Lei 14.133/21, a contratada deve ser responsável por fornecer garantia adequada e a assistência técnica para o bem adquirido. A garantia é uma obrigação legal e contratual que visa proteger o órgão público em caso de defeitos sistemáticos de fabricação, vícios ocultos ou defeitos de fabricação, ou ainda, avarias sofridas pelo objeto no transporte ou armazenamento.

8.2.3. Os produtos deste Termo de Referência deverão possuir a Garantia mínima de 01 (um) ano, conforme Certificado expedido pelo fabricante.

8.2.4. O objeto adquirido deverá possuir garantia contra quaisquer defeitos de fabricação, essa garantia deve cobrir defeitos de fabricação, falhas mecânicas e elétricas que possam ocorrer dentro de um período definido após a entrega dos objetos.

8.2.5. O prazo de garantia é contado a partir da data do recebimento definitivo.

8.2.6. Durante o período de garantia, as despesas decorrentes da manutenção corretiva e de substituição de peças/componentes que apresentem defeitos de fabricação, devido ao uso normal do equipamento, ocorrerão por conta exclusiva da contratada sem qualquer ônus para o Município.

8.2.7. Aplica-se, no que couber, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor quanto à oferta de reposição do produto, ainda que cessada a sua fabricação ou importação.

8.2.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas em sua fabricação.

8.2.9. A contratada deve garantir que o objeto entregue atenda a todas as especificações técnicas e requisitos regulatórios acordados no contrato. Caso haja discrepâncias entre o que foi prometido e o que foi entregue, a fornecedora deve ser responsável por corrigir as discrepâncias sem custo adicional para o estado.

8.3. Da Assistência Técnica





8.3.1 A licitante deverá apresentar Declaração de Compromisso de que, em caso de sagrar-se vencedora, garantirá a prestação de assistência técnica e fornecimento de peças no Estado de Rondônia, seja por meio de estrutura própria ou por meio de contrato com empresa especializada local, a ser comprovado no ato da assinatura do contrato.

8.3.2 O serviço de assistência técnica deverá ser prestado de acordo com os manuais e normas técnicas específicas do fabricante, durante o prazo de garantia, com a finalidade de manter o bem em perfeitas condições de uso, devendo estar incluso nos custos e proposta das empresas as manutenções corretivas ou preventivas durante o período mínimo de garantia de acordo com o manual do equipamento fluvial.

9. DA GESTÃO DO CONTRATO

9.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas elencadas e as normas da Lei 14.133/21, e cada parte responsável pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4 O órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/21, art. 117, caput).

9.6 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.6.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.7 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Municipal nº 15.535/21).

9.7.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.7.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.7.3 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas,





devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Municipal nº 15.535/21).

9.7.4 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência conforme o caso.

9.8 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

9.9 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.10 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Municipal nº 15.535/21);

9.11 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

9.11.1 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Municipal nº 15.535/21).

9.11.2 O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Municipal nº 15.535/21).

9.11.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas determinadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.11.4 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.1 - RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1.1 - São de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal avaliar através do instrumento de medição os resultados alcançados e os procedimentos de recebimento dos objetos, por Comissão de Recebimento designada para este fim, a qual goza de autonomia para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação.

10.1.2 - A Comissão de Recebimento, fará a conferência da quantidade e qualidade dos objetos entregues, conforme a Nota de Empenho e/ou ordem de fornecimento considerando as especificações técnicas, e cláusulas discriminadas no Contrato (quando houver), Termo de Referência, Edital e seus anexos.

10.2 - FORMAS DE RECEBIMENTO:

10.2.1 Provisoriamente no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade dos serviços com as especificações constantes neste termo de referência; no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis para testes operacionais;





10.2.2 Definitivamente no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, após verificação de sua compatibilidade com as especificações descritas no termo de referência, e sua consequente aceitação mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo.

10.2.3 Se após o recebimento provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

10.2.4 O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, só manifestados quando da normal utilização dos produtos, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

10.2.5 A recusa injustificada da contratada em entregar os materiais no prazo estipulado caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas em lei.

10.3 LIQUIDAÇÃO

10.3.1 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.3.2 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará cessada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

10.3.3 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3.4 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.3.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.3.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.





10.3.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.3.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.4 PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

10.4.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme seção anterior, após comprovadas o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, nos termos da Decreto Municipal nº 15.546, de 2024, e seguirá a ordem cronológica.

10.4.2 Se durante a liquidação for identificado erro ou falha documental sanável, salvo má-fé, o credor será notificado para no prazo de três dias corridos sanear o documento, após esse prazo a obrigação do pagamento terá sua exigibilidade suspensa e será excluída da ordem cronológica.

10.4.3 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano.

10.4.4 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.4.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4.8 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço POR ITEM, em regime aberto/fechado**.

11.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência, o qual é parte integrante do Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no Art. 59, inciso, §§ III, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Não serão aceitas propostas com valores incompatíveis com os estimados para a aquisição ou contratação, analisando-se tanto o preço global quanto os preços unitários.

HABILITAÇÃO

11.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

11.4.1 Habilitação jurídica:





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, ou;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social - e alterações em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. No caso de alterações será admitido o estatuto ou o contrato consolidado, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, se a atividade assim o exigir, bem assim, documento em que identificados os seus administradores.
- e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.
- g) Documentos de identificação contendo RG e CPF do(s) sócio(s) ou sócio administrador.
- h) Instrumento de procuração, devidamente registrado em Cartório (quando for o caso), acompanhado dos documentos pessoais do procurador (RG e CPF).

11.4.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes **Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ** - O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação da Certidão de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (seguridade social - INSS), admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

DCL/2013

Av. 15 de Novembro, 930, Centro/ E-mail: cpldepartamento@gmail.com





g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, admitida comprovação também, por meio de "certidão positiva com efeito de negativa", diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

11.4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

11.4.3.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da pessoa jurídica com data de expedição limitada a **90 (noventa) dias**.

11.4.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

11.4.3.3 No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, Termo de Abertura e de Encerramento e devidamente assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional. Tais documentos terão que obedecer aos requisitos formais de elaboração estabelecidos em lei, devidamente **autenticado ou registrado na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

11.4.3.4 Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

11.4.3.5 As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, Bem Como Termo De Abertura E Encerramento, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, devidamente **autenticado ou registrado na Junta Comercial** da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

11.4.3.6 O MEI (Microempreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o **Microempreendedor Individual** (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Microempreendedor.

11.4.3.7 As sociedades constituídas, há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura, **devidamente autenticado ou registrado na junta comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente**.

11.4.3.8 Os documentos referidos item **11.4.3.2** limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

11.4.3.9. As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPED, submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



- a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);
- b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil);
- c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);
- d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil);

11.4.3.10. Comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de **índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, resultantes da aplicação das fórmulas:

LG =	<i>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</i>
	<i>Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo</i>
SG =	<i>Ativo Total</i>
	<i>Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo</i>
LC =	<i>Ativo Circulante</i>
	<i>Passivo Circulante</i>

11.4.3.11 – Somente serão habilitados os licitantes que extraírem e apresentarem o cálculo do índice **de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC)**, com o **resultado igual ou superior a ($= > 1$)**, calculados de acordo com a aplicação das fórmulas.

11.4.3.12 - A Empresa Licitante que apresentar resultados menor a 1 (um), em qualquer dos índices constantes do subitem **11.4.3.6** deste Edital, deverá comprovar capital social registrado ou patrimônio líquido **mínimo de 5% (cinco por cento)** do montante da contratação.

11.4.3.13 As empresas de que trata o subitem **11.4.3.2 (balanço de abertura)** ficam dispensadas de apresentar o subitem **11.4.3.10 (Demonstrações Contábeis)**, devendo apenas comprovar capital social registrado de no **mínimo 5% (cinco por cento)** do objeto a ser contratado.

11.4.3.14. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

11.4.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.4.4.1 Atestados de Capacidade Técnica, exclusivamente em nome da empresa **licitante**, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento do equipamento compatíveis com o objeto da presente licitação, sendo que, os atestados emitidos por **pessoa jurídica de direito privado** deverão, obrigatoriamente, estar em papel timbrado com a identificação e endereço da emitente, o nome completo do signatário, estando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte da **DCL/GM**;

11.4.4.2 Declaração Conjunta Unificada (Podendo ser substituída pela Declaração emitida pelo Sistema **LICITANET**).

12 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1 O valor estimado da contratação, é de **R\$ 1.249.389,31 (um milhão duzentos e quarenta e nove mil trezentos e oitenta e nove reais e trinta e um centavos)**,

DCL/2019

Av. 15 de Novembro, 930, Centro/ E-mail: cpldepartamento@gmail.com





considerando a aquisição de embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária e coletes para atendimento ao transporte escolar das crianças da zona rural da secretaria municipal de educação, tendo em vista que os valores das cotações foram elaborados pelo Gerente de Cotação.

12.2. A pesquisa de preços para a formação do valor estimado foi realizada em conformidade com o **Decreto nº 15.539/GAB-PREF/2024** e a **Lei nº 14.133/2021**, observando os princípios que regem a Administração Pública. Inicialmente, a pesquisa de preços foi realizada por meio de plataformas oficiais, como o Portal Nacional de Contratações Públicas e o Licitanet, visando garantir transparência e a proposta mais vantajosa. Contudo, não foi possível obter todas as cotações mínimas exigidas.

12.3. Diante disso, realizou-se pesquisa complementar por meio de consulta direta a fornecedores, considerando os preços de mercado, a qualidade e a adequação técnica dos produtos. A escolha dos valores foi baseada na análise comparativa das propostas, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, assegurando o uso responsável e transparente dos recursos públicos.
do Município de Guajará-Mirim/RO.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 OS RECURSOS DESTINADOS PARA PAGAMENTOS DA AQUISIÇÃO, OBJETO DESTA LICITAÇÃO SÃO PROVENIENTES DOS RECURSOS ABAIXO INFORMADOS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO – SEMED

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: - GESTÃO E MANUTENÇÃO A SERVIÇO DA MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL 25%.

Elemento de despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO RPOGRAM SALÁRIO EDUCAÇÃO – SAE

Elemento de despesa: 4.4.90.52.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e no Edital;

14.2. Entregar os objetos de acordo com o especificado no Termo de Referência;

14.3. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a administração;

14.4. Manter, durante toda a execução do fornecimento dos objetos, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela Administração;

14.5. Informar a Administração a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

14.6. A entrega será de no máximo 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota de empenho de forma integral.

14.7. Fornecer os objetos da licitação, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta.

14.8. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.

14.9 Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos bens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;





14.10. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no fornecimento do equipamento.

14.11. O fornecimento deverá ser efetuado mediante nota de empenho, a qual poderá ser entregue via ofício ou e-mail, devendo nesta constar: data, valor unitário do produto, quantidade solicitada, local para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Proporcionar todos os meios ao seu alcance para o recebimento dos equipamentos a cargo do licitante vencedor, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e edital.

15.2. Verificar minuciosamente a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.3. Comunicar ao fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.4. Efetuar o pagamento na forma, nas condições e no prazo previsto neste Termo de Referência.

15.5. Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar as obrigações do licitante vencedor, através do Servidor designado pela Autoridade competente do Órgão.

15.6. Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

15.7. Permitir o acesso dos empregados do licitante vencedor as suas dependências para o fiel cumprimento de suas obrigações.

15.8. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela futura contratada.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c e d do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

1. moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 6 (seis) dias;

2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

16.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

16.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

16.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado,





PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES – DCL/RP



observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

16.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

17. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

17.1. Após analisado e autorizado não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições como forma de justificar a não entrega do objeto, deste Termo de Referência, ou mesmo a existência de anormalidades não previstas nas especificações.

Guajará Mirim/RO, 11 de Junho de 2026.

Elaborador por:

Luana Santana Fiuza
Assessora Técnica De Licitação
Decreto N.º 16.911/GAB-PREF/2025

Aprovado por:

Roger Ghalwan Tavares De Souza
Diretor Geral de Licitação
Decreto nº 17.121/GAB-PREF/25







Município de Guajará-Mirim

05.893.631/0001-09
Av. XV de Novembro
www.guajaramirim.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	Aquisição De Embarcação Fluvial	11/06/2026
ID: 883666	Processo	Documento
CRC: 7CA211EE		
Processo: 1-249/2026		
Usuário: LUANA SANTANA FIUZA		
Criação: 11/06/2026 10:52:44	Finalização: 11/06/2026 10:59:58	
MD5: 000E55012DE9A9F11899F9C8C7D5E32C		
SHA256: F24A197DF9334694B22662C30A0BAC8A091F1F76779B64DEE7F85F570B520C1F		

Súmula/Objeto:

Termo de Referência tem por finalidade normatizar, disciplinar e definir, através dos procedimentos legais e pertinentes, os elementos que nortearão a pretensa aquisição De Embarcação Fluvial, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de atender às necessidades do transporte escolar dos alunos da zona rural, neste ato objetiva a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição.


INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED 11/06/2026 10:52:44


ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE BARCO E MOTOR DE POPA 11/06/2026 10:52:44

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	LUANA SANTANA FIUZA	ASSESSOR TÉCNICO DE COMPRAS	11/06/2026 11:00:07
--	---------------------	-----------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 12.656/2020.

	ROGER GHALWAN TAVARES DE SOUZA	DIRETOR (A) GERAL DE LICITAÇÃO	11/06/2026 11:15:32
--	--------------------------------	--------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 12.656/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.guajaramirim.ro.gov.br informando o ID 883666 e o CRC 7CA211EE.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do Processo: **249/2026**

1.1. Este documento visa concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a formalização de processo para **"AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÃO FLUVIAL, MOTOR DE POPA E CARRETA RODOVIÁRIA E COLETES PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA ZONA RURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO"**, para fins de atendimento a Secretaria Municipal de Educação, identificando e analisando às necessidades que constam no Documento de Formalização da Demanda - DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Faz-se necessária a aquisição de embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária para incorporação ao patrimônio público, destinados ao transporte escolar das crianças da zona rural ribeirinhas.

2.2. A Secretaria Municipal de Educação apresenta necessidade urgente de **aquisição de embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária e coletes** para atender ao transporte escolar das crianças residentes na zona rural Fluvial do município Localizada no Distrito de Surpresa e a Localidade de Margarina no Rio Pacaás Novos.

- Considerando as características geográficas da região, marcada por extensas áreas alagáveis e cursos d'água que dificultam o acesso por via terrestre, a utilização de embarcações se torna imprescindível para garantir o transporte seguro, contínuo e regular dos estudantes às unidades escolares, todas vinculadas à SEMED - **Secretaria Municipal de Educação**.

2.3. Além disso, a necessidade de transporte seguro se estende ao período completo de 12 meses, garantindo que a rotina escolar das crianças não seja prejudicada por barreiras logísticas, promovendo o direito à educação e a permanência escolar.

2.4. Essa contratação justifica-se pela necessidade de:

2.5. A contratação justifica-se pela necessidade essencial de garantir o acesso regular, seguro e adequado dos estudantes residentes nas comunidades rurais ribeirinhas do Distrito de Surpresa e da localidade de Margarida, ambas pertencentes à zona rural do município e atendidas pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

2.6. Tais localidades apresentam características geográficas específicas, sendo áreas de difícil acesso terrestre e com





deslocamento predominantemente realizado por vias fluviais, o que torna indispensável a utilização de embarcações apropriadas para assegurar o transporte escolar diário.

2.7. A ausência de embarcação fluvial adequada compromete diretamente a execução do Programa de Transporte Escolar Rural, impossibilitando o deslocamento regular dos alunos às unidades de ensino e, conseqüentemente, colocando em risco o cumprimento do calendário escolar, a assiduidade, a permanência e o desempenho dos estudantes. Além disso, o transporte escolar fluvial atualmente disponível encontra-se insuficiente para atender a demanda local, apresentando limitações operacionais e de capacidade, o que reforça a necessidade de aquisição de embarcação nova, com motor de popa compatível e carreta rodoviária destinada ao deslocamento para manutenção e inspeções.

2.8. A aquisição da embarcação e seus equipamentos associados visa promover segurança e eficiência no deslocamento dos estudantes, uma vez que o trajeto fluvial nas regiões do rio Mamoré e seus afluentes exige embarcação com características técnicas específicas, incluindo estabilidade, resistência, capacidade de carga compatível com o número de alunos atendidos e motorização capaz de operar de forma segura em diferentes condições de navegabilidade. A embarcação deverá atender aos requisitos legais de navegação interior, garantindo a integridade física dos alunos e dos operadores e reduzindo riscos de acidentes.

2.9. Além disso, o motor de popa adequado é fundamental para assegurar autonomia, velocidade operacional compatível com os percursos e economia de combustível, contribuindo para a eficiência e a sustentabilidade da **utilização do equipamento adquirido**. Já a carreta rodoviária se faz necessária para permitir o transporte da embarcação até pontos de manutenção, revisão e conservação, garantindo a continuidade da **operacionalidade dos bens** e o prolongamento de sua vida útil.

2.10. A contratação atende aos princípios da eficiência, segurança, economicidade e interesse social previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que a **aquisição dos bens** é indispensável para viabilizar e manter a execução do transporte escolar fluvial, atividade essencial e obrigatória para assegurar o acesso à educação básica aos estudantes que residem em áreas isoladas. A não aquisição dos equipamentos acarretaria prejuízo ao fluxo escolar, risco de evasão, descumprimento das obrigações legais e impossibilidade de atendimento adequado às comunidades ribeirinhas atendidas pela SEMED.

2.11. Diante do exposto, a aquisição da embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária configura-se como medida imprescindível,





plenamente justificada e alinhada às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Educação, assegurando a oferta de transporte escolar seguro, regular e eficiente às comunidades do Distrito de Surpresa e de Margarida, fortalecendo o direito constitucional de acesso à educação e promovendo o desenvolvimento educacional nas regiões ribeirinhas do município.

2.12. Dessa forma, a contratação se mostra **essencial e imprescindível**, assegurando não apenas a regularidade do transporte escolar nas áreas fluviais, mas também a **preservação do patrimônio público**, a segurança dos estudantes e a melhoria da qualidade do ensino ofertado pelo município.

2.13. Diante do exposto, justificamos a necessidade desta aquisição.

3. ÁREA REQUISITANTE

Área requisitante: Secretaria Municipal de Educação - SEMED

Responsável pela Demanda: Maria Tereza Crespo Ribeiro

Cargo: Secretária Municipal

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Diante das alternativas disponíveis no mercado, após a análise comparativa dos prós e contras de cada opção, concluiu-se que a aquisição de embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária é a solução mais adequada para atender às necessidades do transporte escolar das crianças da zona rural do Município. Verificou-se que a solução escolhida encontra ampla oferta no mercado, não sendo identificados requisitos que restrinjam a competitividade, em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. A futura contratada será responsável pelo fornecimento dos bens, compreendendo embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária, destinados ao atendimento do transporte escolar das crianças da zona rural, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação. Todos os itens deverão ser novos, sem uso anterior, e estar em plena conformidade com as normas técnicas, legislações vigentes e regulamentos aplicáveis, incluindo aqueles emitidos pelo FNDE, quando pertinentes.

4.3. A solução adotada – aquisição de embarcação fluvial, motor de popa e carreta rodoviária – mostra-se a mais adequada às condições geográficas, hidrográficas e operacionais do Município, especialmente para o atendimento de comunidades rurais de difícil acesso. A escolha do objeto não impõe exigências desnecessárias ou excessivas, preservando o caráter competitivo do certame, conforme os princípios da isonomia, economicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.





4.4. Todos os bens adquiridos deverão estar em total conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis, incluindo normas técnicas de segurança, desempenho e qualidade. A contratada deverá apresentar, quando exigível, a documentação de responsabilidade técnica, bem como manuais, certificados de garantia e demais documentos que assegurem a integridade, o funcionamento adequado e a segurança dos equipamentos durante sua utilização.

4.5. A contratada deverá indicar representante legal ou responsável técnico, com poderes para prestar esclarecimentos e tratar de assuntos relacionados à entrega dos bens, garantia, suporte técnico e demais obrigações decorrentes da contratação.

4.6. **A entrega dos bens deverá ocorrer no Almoxarifado Central da COMAD, localizado na Avenida XV de Novembro, nº 3332, Bairro 10 de Abril, Guajará-Mirim/RO, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h00min às 14h00min.** Havendo necessidade de entrega em horário diferenciado, esta deverá ser previamente autorizada pela fiscalização do contrato.

4.7. A entrega dos equipamentos será realizada conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação. Todos os custos relacionados ao transporte, descarga, montagem (quando aplicável), testes iniciais de funcionamento e entrega técnica correrão por conta da contratada e deverão estar incluídos no valor contratado.

4.8. A contratação visa assegurar o fornecimento de equipamentos essenciais ao transporte escolar fluvial, bem como a preservação da garantia técnica fornecida pelo fabricante. A contratada deverá assegurar, durante o período de garantia, o suporte técnico necessário e o fornecimento de peças originais, quando aplicável, garantindo a durabilidade, segurança e confiabilidade da embarcação, do motor de popa e da carreta rodoviária.

4.9. A entrega dos bens deverá atender às necessidades das unidades escolares atendidas pelo transporte fluvial, incluindo aquelas localizadas em áreas de difícil acesso, garantindo que os alunos da zona rural tenham acesso seguro, regular e contínuo às atividades escolares, em consonância com o interesse público e o direito à educação.

4.10. Justificativa da Contratação.

- A aquisição tonará possível o planejamento logístico, padronização do transporte escolar fluvial e maior economicidade, atendendo aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, segurança e interesse público, conforme preconiza a legislação vigente.
- As unidades escolares atendem diariamente crianças, adolescentes, professores e servidores, estando muitas delas localizadas em **áreas urbanas, rurais, ribeirinhas e de difícil acesso**, o que exige





planejamento contínuo, logística adequada, meios de transporte escolar compatíveis com as características geográficas locais e pronta resposta às demandas operacionais do transporte escolar, especialmente nas rotas fluviais.

- A complexidade do deslocamento dos estudantes nessas regiões demanda **estrutura adequada, equipamentos seguros e gestão eficiente do transporte fluvial escolar**, de modo a garantir a regularidade, a pontualidade e a segurança no acesso às unidades de ensino, assegurando a continuidade das atividades pedagógicas e o pleno exercício do direito à educação.

- Isto exposto, SOLICITAMOS que vossas senhorias procedam ao Processo Licitatório para fins de contratação da aquisição, por serem necessários ao atendimento de tal demanda.

- Diante do exposto, justifica-se a abertura de Processo Licitatório para contratação de empresa especializada, visando atender de forma adequada, segura e eficiente à demanda do transporte escolar fluvial da rede municipal de ensino.

4.11. Objetivo da Contratação

- O objetivo da contratação é garantir a **disponibilidade de transporte escolar fluvial seguro, regular e eficiente** para os alunos da zona rural e ribeirinha do município, assegurando o acesso às unidades escolares em conformidade com as normas legais, técnicas e de segurança estabelecidas pelo **FNDE** e pela **Lei nº 14.133/2021**.

- A aquisição da embarcação fluvial, do motor de popa e da carreta rodoviária visa:

- Assegurar a **integridade física e a segurança dos estudantes** durante o deslocamento escolar;
- Garantir a **regularidade e continuidade do transporte escolar**, reduzindo evasão e atrasos;
- Atender às **condições geográficas específicas** do município;
- Preservar o patrimônio público, por meio da aquisição de equipamentos duráveis e com garantia;
- Promover a **equidade no acesso à educação**, assegurando igualdade de condições entre alunos da zona urbana e rural.

- Dessa forma, a contratação mostra-se **necessária, vantajosa e adequada**, atendendo aos princípios da **legalidade, eficiência, planejamento, segurança e interesse público**, garantindo a melhoria das condições de acesso à educação e o pleno desenvolvimento das atividades escolares da rede municipal de ensino.

- A contratação mostra-se necessária, vantajosa e adequada, atendendo aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo a regularidade das atividades escolares e a melhoria das condições estruturais das unidades de ensino da rede municipal.





4.12. Viabilidade Técnica:

- A aquisição da **Embarcação Fluvial Escolar (Lancha Escolar Média - LE-M)**, do motor de popa 30 HP quatro tempos, da carreta rodoviária para transporte da embarcação, bem como dos coletes salva-vidas tipo jaqueta nos tamanhos P, M e G, demonstra-se **tecnicamente viável, necessária e adequada** às condições geográficas, operacionais e de segurança exigidas para o transporte escolar fluvial da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Considerando que o **Distrito de Surpresa** e a localidade de **Margarida** estão situados em áreas rurais ribeirinhas, às margens do rio Mamoré e outros trechos hidrográficos adjacentes, o deslocamento diário dos estudantes depende exclusivamente de embarcações fluviais apropriadas. As distâncias percorridas, a variação sazonal do nível dos rios, a presença de corredeiras, bancos de areia e vegetação aquática demandam equipamentos com **confiabilidade estrutural, autonomia adequada, estabilidade, baixa emissão de poluentes, reduzido consumo de combustível**, além de garantia de segurança às crianças.

- **A Voadeira Em Alumínio Com Capota E Motor De Popa 90 HP 4t**, Casco Totalmente Soldado, Chapa De 03mm No Casco E 2,5mm Nas Laterais, 9mt De Comprimento, 1,90m De Boca Máxima, 75cm De Borda Lateral, Motor De Popa 90 Hp 4t, Partida Eletrica, Comando A Distância, 04 Cilindro Com Injeção Eletrônica, Tanque De Combustível Mínimo De 60 Lt, Capacidade Mínima Para 10 Pessoas. Equipado Com Os Seguintes Acessórios; Com Bancos Estofados, Kit De Direção Teleflex Big-T, Cabos De Comando, Bateria De 70 Amp, Iluminação Interna E Luzes De Navegação, (Olho De Tubarão E Mastro), Chave Geral, Painel Elétrico Com 03 Funções, Bomba De Porão 1000gph Com Automático, Kit Filtro Separador, Material Elétrico, Tomada 12v, Capota Removível E Escada De Popa.

- A **Lancha Escolar Média - LE-M** atende aos requisitos técnicos definidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o transporte escolar aquaviário, possuindo casco reforçado, capacidade compatível com o fluxo estimado de alunos, estabilidade longitudinal e transversal, estrutura adequada para navegação em rios da região amazônica e conformidade com normas náuticas vigentes. Trata-se de embarcação projetada para operar com segurança mesmo em condições climáticas adversas e em trechos de difícil navegabilidade, o que a torna a solução mais indicada para o atendimento contínuo das rotas fluviais escolares.

- O **Motor de popa 30 HP, 4 tempos**, apresenta elevada eficiência energética, menor emissão de fumaça e ruído, maior durabilidade e menor custo operacional quando comparado a motores de dois tempos. Seu torque e potência atendem plenamente às exigências de propulsão da lancha escolar média, garantindo rapidez, confiabilidade e capacidade de enfrentar correntezas mais fortes encontradas no rio Mamoré e afluentes. A tecnologia de quatro tempos ainda reduz o





consumo de combustível, oferecendo melhor sustentabilidade financeira ao município.

- A **carreta rodoviária para transporte da embarcação** é imprescindível para possibilitar deslocamentos para manutenção preventiva e corretiva, deslocamentos logísticos internos da SEMED e movimentações necessárias em períodos de estiagem severa, em que algumas rotas fluviais exigem readequação. A carreta deve possuir estrutura reforçada, compatibilidade exata com o porte da embarcação, sistema de segurança e homologação para transporte rodoviário, garantindo a mobilidade adequada do equipamento.

- Quanto aos **coletes salva-vidas tipo jaqueta**, nos tamanhos P, M e G, sua aquisição é requisito obrigatório conforme normas da Marinha do Brasil e diretrizes de segurança para o transporte escolar fluvial. Tais EPIs asseguram proteção individual adequada para alunos e tripulantes, devendo possuir certificação, material de alta fluviabilidade, ajustes ergonômicos e durabilidade compatível com o uso contínuo.

5. Prazos e Forma de Entrega

5.1. O prazo e a forma de entrega da **AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÃO FLUVIAL, MOTOR DE POPA E CARRETA RODOVIÁRIA E COLETES PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA ZONA RURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** deverão observar critérios rígidos de organização, eficiência e conformidade com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

5.2. O material licitado será entregue exclusivamente na sede do Almoxarifado Central do Município de Guajará-Mirim, localizada na Avenida XV de Novembro, nº 3332, Bairro 10 de Abril, CEP 76.850-000, Guajará-Mirim/RO, sendo vedado qualquer outro local de recebimento que não o oficialmente designado pela Administração.

5.3. A entrega deverá ocorrer em horário comercial, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h00 às 14h00, mediante prévia comunicação e confirmação de agendamento pela CONTRATADA, de modo a assegurar a adequada conferência, armazenamento e controle dos materiais recebidos.

5.4. A CONTRATADA deverá realizar a entrega integral da **AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÃO FLUVIAL, MOTOR DE POPA E CARRETA RODOVIÁRIA E COLETES PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA ZONA RURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA ZONA RURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da emissão da Nota de Empenho e Ordem de Serviço, devendo observar rigorosamente o cronograma de fornecimento definido pela Administração.

5.5. A entrega deverá ser efetuada dentro das datas estipuladas pela CONTRATANTE, prazos de produção, transporte e entrega, de forma a evitar atrasos que possam comprometer as continuidades da SEMED.





Caso ocorra situação excepcional de força maior, a CONTRATADA deverá apresentar justificativa formal devidamente comprovada, sujeita à análise e aceitação da CONTRATANTE, não afastando a responsabilidade pela adoção imediata das medidas necessárias para o restabelecimento da regularidade do fornecimento.

5.6. Os materiais deverão ser entregues em perfeitas condições, vedado qualquer dano, defeito de fabricação ou divergência em relação às especificações técnicas previstas.

5.7. A conferência será realizada por servidor designado, que verificará a conformidade dos itens com a nota fiscal, com as amostras aprovadas e com as quantidades contratadas.

5.8. Somente após o atesto do recebimento provisório será considerada cumprida a obrigação de entrega.

5.9. Dessa forma, a CONTRATADA deverá assegurar que todo o processo logístico seja executado com planejamento, organização e segurança, garantindo que objetos sejam entregues no prazo estipulado e em plena conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela Secretaria Municipal de Educação.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. A Secretaria Municipal de Educação enfrenta dificuldades estruturais para garantir o acesso regular e seguro de estudantes residentes nas comunidades da zona rural ribeirinhas às unidades escolares, em razão da inexistência de vias terrestres, sendo o transporte aquaviário o principal meio de deslocamento.

6.2. Base legal

- Na forma do disposto no art. 18, §1º, da Lei Federal 14.133/21, o levantamento de mercado evidencia o problema a ser resolvido e a **melhor solução em termos de bens a serem adquiridos**, permitindo avaliação da viabilidade técnica e econômica da aquisição.

6.3. Objetivo do levantamento

- Identificar os bens disponíveis no mercado, avaliar a existência de fornecedores aptos, verificar a padronização adotada pelo FNDE e analisar a viabilidade técnica e econômica da aquisição pretendida pela Secretaria Municipal de Educação.

6.4. Metodologia adotada

- Pesquisa em contratações públicas similares, especialmente aquisições realizadas por outros municípios e estados por meio do Programa Caminho da Escola, sob gestão do FNDE;

- Consulta a atas de registro de preços vigentes do FNDE e de outros entes federativos que contemplam embarcações escolares do tipo Lancha Escolar Média (LE-M);





- Análise de fornecedores nacionais especializados na fabricação e fornecimento de embarcações fluviais escolares em alumínio naval, motores de popa e carretas rodoviárias;
- Pesquisa em portais oficiais de compras públicas, como ComprasNet, portais de transparência e sítios institucionais;
- Análise técnica das especificações padronizadas adotadas pelo FNDE para transporte escolar aquaviário;
- Garantia de que a **aquisição preserve a garantia do fabricante**, assegurando durabilidade, segurança e confiabilidade dos bens.

6.5. Conclusões do levantamento de mercado

- A aquisição da **Lancha Escolar Média (LE-M), Motor de popa e Carreta rodoviária e Coletes Salva Vidas**, é a solução mais adequada às necessidades do município;
- O levantamento demonstrou que há pluralidade de fornecedores aptos a fornecer os **bens**, garantindo competitividade e atendimento aos princípios da **isonomia, competitividade e economicidade**, conforme exigido pela Lei nº 14.133/2021;
- O objeto pretendido é amplamente disponível no mercado nacional;
- Existem fornecedores qualificados e com capacidade técnica comprovada;
- Os **bens padronizados pelo FNDE** (Lancha Escolar Média - LE-M) apresentam vantagens técnicas, operacionais e legais;
- A aquisição é **viável, competitiva e alinhada ao interesse público**.

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS

7.1. Valor a ser estimado para a Contratação é R\$ 449.500,00 (Quatrocentos e quarenta e nove mil reais e quinhentos reais).

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. Entende-se necessária a aquisição dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
01	UND	02	Lancha Escolar Média (LE-M). casco: Alumínio naval reforçado (5083 ou equivalente); Comprimento total: Entre 7. 800 mm (sete mil e oitocentos milímetros). -Capacidade para transportar 20 passageiros sentados mais 01 tripulante (piloto). - Casco: Alumínio naval reforçado, liga nval 5052 ou equivalente. - Chapas de alumínio: Fundo: mínimo 4 mm; Costado/bordas: mínimo 3 mm. - Motor de popa 4 tempos, Potência mínima: 90 HP; Partida elétrica; Sistema de comando remoto; Hélice compatível com o conjunto; Tanque de combustível 60L mínimo, com mangueiras e conexões certificadas. 20 coletes salva-vidas homologados pela Marinha (classe infantil





			<p>e juvenil); 01 colete salva-vidas para o piloto; 01 boia circular com cabo; 01 extintor de incêndio adequado; Luzes de navegação (bordo, popa e tope); Bomba de porão (manual ou elétrica); Kit de primeiros socorros; Remos, âncora com cabo e pá de borda.</p> <p>- Bancos com estofamento impermeável com cinto de segurança individual; Piso interno antiderrapante; Corrimãos e apoios laterais; Compartimentos para armazenamento dos itens de segurança; Escada de subida/embarque; Para-brisa.</p> <p>Descrição - Painel de Comando para Lancha Escolar Média LE-M: O painel deve conter, no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Instrumentos do motor: Tacômetro (conta-giros); Indicador de velocidade (GPS ou velocímetro); Indicador de temperatura do motor; Indicador de pressão ou luz de alerta; Horímetro (controle de horas de uso); Indicador de trim (elevação do motor).• Indicadores do sistema elétrico: Voltímetro; Interruptor geral (chave geral); Painel de disjuntores ou fusíveis protegidos.• Controles Essenciais: Chave de ignição com interruptor de segurança (botão corta-corrente - tipo "Dead Man Switch"); Comando remoto completo do motor (aceleração e marcha); Botões ou chaves para acionamento como luzes de navegação (bordo, popa e tope); Bomba de porão; Farol de busca; Buzina elétrica; Sistema de iluminação interna.• Equipamentos de Navegação: Bússola náutica; GPS simples ou velocímetro por GPS; Suporte para rádio VHF. <p>Volante ou manche anatômico, com boa resposta e precisão, a altura do painel compatível com a posição de pilotagem, espaço adequado para o piloto operar sem restrições. É importante que todos os instrumentos devem ser posicionados de forma que o piloto visualize sem desviar a atenção da navegação.</p> <p>- A lancha deverá atender às especificações técnicas estabelecidas pelo FNDE para embarcações do tipo Lancha Escolar Média (LE-M), conforme Resoluções vigentes do Programa Caminho da Escola.</p>
02	UND	01	<p>-Voadeira Em Alumínio Com Capota E Motor De Popa 90 HP 4t, Casco Totalmente Soldado, Chapa De 03mm No Casco E 2,5mm Nas Laterais, 9mt De Comprimento, 1,90m De Boca Máxima, 75cm De Borda Lateral, Motor De Popa 90 Hp 4t, Partida Eletrica, Comando A Distância, 04 Cilindro Com Injeção Eletrônica, Tanque De Combustível Mínimo De 60 Lt, Capacidade Mínima Para 10 Pessoas. Equipado Com Os Seguintes Acessórios; Com Bancos Estofados, Kit De Direção Teleflex Big-T, Cabos De Comando, Bateria De 70 Amp, Iluminação Interna E Luzes De Navegação, (Olho De Tubarão E Mastro), Chave Geral, Painel Elétrico Com 03 Funções, Bomba De Porão 1000gph Com Automático, Kit Filtro Separador, Material Elétrico, Tomada 12v, Capota Removível E Escada De Popa.</p>
03	UND	02	<p>-Motor de popa 30 HP 4 tempos.</p> <p>Potência: 30 HP (cavalos de potência) Cilindros: 3 cilindros; Sistema de Injeção: Injeção Eletrônica de Combustível (EFI); Hélice: 3 pás, alumínio; Partida: Partida Elétrica ou Manual; Peso Líquido: 62 kg; Engate: Frente-Neutro Ré (F-NR); Sistema de Aviso ao Operador: Inclui alertas para baixa pressão de óleo, excesso de rotação, superaquecimento e falha de sensores. -ITENS DE SEGURANÇA IMPORTANTES: Corta-corrente com cordão de segurança Limitador eletrônico de rotação; Proteção contra superaquecimento Proteção contrapartida engatada; Sistema de inclinação(trim/tilt) manual ou hidráulico. -OBSERVAÇÕES TÉCNICAS IMPORTANTES: Compatível com embarcações de médio porte; Baixo nível de vibração devido aos 3 cilindros; Atende normas ambientais de emissões (EPA / equivalentes;</p>





04	UND	02	<p>-Motor Rabeta 6,5 HP Motor: Potência máxima: ~6,0 a 6,5 cv (HP) a ~3.600 rpm Cilindrada:~196 cc Tipo de motor: Monocilíndrico, 4 tempos, refrigerado a ar Combustível: Gasolina comum Partida: Manual (retrátil / puxador) Ignição: Eletrônica (CDI) Sistema de lubrificação: Salpico Capacidade do tanque de combustível: ~1,0 a 3,6 L (varia por modelo) Capacidade de óleo do motor: ~0,6 L Consumo médio de combustível: ~1,5-1,7 L/h Peso do motor: ~14-25 kg (sem rabeta) Tipo de rabeta: Vertical ou horizontal (escolha conforme uso/água) Comprimento da rabeta: ~1,5 m a 2,2 m (varia por modelo) Direção: Manete com giro de até 360 ° (em rabetas verticais) Hélice: Normalmente 3 pás em alumínio (tamanhos típicos ~200 mm Hélice protegida para evitar acidentes) Transmissão: Embreagem centrífuga (em modelos com embreagem) Lubrificação da rabeta: Graxa nos pontos de eixo/união Peso total com rabeta: ~22-27 kg (depende de combinação motor + rabeta; Para operação segura da embarcação equipada com motor rabeta 6,5 HP.</p>
05	UND	04	<p>- Carretinha para Bote de 7 Metros, Tipo: Carretinha / Trailer marítimo Uso: Transporte de embarcação até 7 metros; Capacidade de carga: Aproximadamente 1.200 a 1.800 kg, conforme projeto e fabricante; Chassi: Aço carbono reforçado, Tratamento anticorrosivo (galvanizado ou pintura epóxi; Longarinas: Reforçadas para absorção de impacto e distribuição de peso; Berços / roletes: Apoios ajustáveis em borracha ou PVC, Distribuição uniforme do peso do bote; Eixos e Suspensão Número de eixos:1 eixo reforçado (podendo ser 2 eixos, conforme peso do bote) Suspensão: Feixe de molas semi-elípticas; Capacidade por eixo: Aproximadamente 750 a 1.200 kg; Sistema de Rodagem Rodas: Aro 13", 14" ou 15"; Pneus: Tipo rodoviário, compatível com carga; Rolamentos: Selados, próprios para uso em ambiente úmido; Sistema de Frenagem Freios: Mecânico ou hidráulico (conforme capacidade da carretinha), obrigatório para cargas maiores, conforme legislação de trânsito; Freio de estacionamento: Manual; Engate e Segurança Engate: bola padrão 50 mm Cabo de segurança: Cabo de aço para retenção em caso de desacoplamento Corrente de segurança: Conforme normas de trânsito; Iluminação e Sinalização, Sistema elétrico:12 V; Luzes: Lanternas traseiras (freio, posição e seta), Luz de placa, Refletores traseiros e laterais; Conector: Plug padrão automotivo; Guincho de Proa Tipo: Guincho manual com catraca; Capacidade: Compatível com o peso do bote; Cinta ou cabo: Cinta sintética ou cabo de aço; Dimensões Aproximadas, Comprimento total: 7,5 a 8,0 m; Largura: compatível com o bote (até 2,60 m, conforme legislação); Altura: variável conforme rodas e estrutura; Itens de Segurança Adicionais: Calços de roda, Trava antifurto (recomendável), Cintas de amarração do bote, Suporte para estepe. - Observações Importantes: A carretinha deve estar licenciada e emplacada, conforme legislação de trânsito. Respeitar capacidade máxima de carga indicada pelo fabricante. Manutenção periódica de rolamentos, pneus, freios e iluminação.</p>





06	UND	10	<p>- Colete salva-vidas infantil tipo jaqueta, classe "infantil" Tamanho P, homologados pela Marinha do Brasil, ajustados de acordo com a faixa de peso e idade para crianças com massa corporal entre 18 kg e 30 kg, devidamente homologado pela Marinha do Brasil, O colete deve ser ajustado ao corpo, devendo garantir flutuação suficiente para manter a cabeça fora da água. Confeccionado em tecido externo em nylon naval ou poliéster de alta resistência, impermeável e de secagem rápida, enchimento interno em espuma de polietileno expandido (EPE) ou material similar. Devendo possuir flutuabilidade mínima de 35 N a 45 N. Fechamento frontal com três tiras reguláveis em material de alta resistência, com fivelas de engate rápido; tira entrepernas obrigatória, ajustável, para impedir que o colete se desprenda em caso de queda na água; Cintas em polipropileno ou poliéster de 25 mm. Devendo manter a criança flutuando com vias respiratórias fora da água.</p>
07	UND	10	<p>- Colete salva-vidas infantil tipo jaqueta, classe "infantil" Tamanho M, homologados pela Marinha do Brasil, ajustados de acordo com a faixa de peso e idade para crianças com massa corporal entre 35 kg e 40 kg, devidamente homologado pela Marinha do Brasil, O colete deve ser ajustado ao corpo, devendo garantir flutuação suficiente para manter a cabeça fora da água. Confeccionado em tecido externo em nylon naval ou poliéster de alta resistência, impermeável e de secagem rápida, enchimento interno em espuma de polietileno expandido (EPE) ou material similar. Devendo possuir flutuabilidade mínima de 45 N. Fechamento frontal com três tiras reguláveis em material de alta resistência, com fivelas de engate rápido; Tira entrepernas obrigatória, ajustável, para impedir que o colete se desprenda em caso de queda na água; Cintas em polipropileno ou poliéster de 25 mm. Devendo manter a criança flutuando com vias respiratórias fora da água.</p>
08	UND	10	<p>- Colete salva-vidas infantil tipo jaqueta, classe "infantil" Tamanho G, homologados pela Marinha do Brasil, ajustados de acordo com a faixa de peso e idade para crianças com massa corporal entre 30 kg e 50 kg, devidamente homologado pela Marinha do Brasil, O colete deve ser ajustado ao corpo, devendo garantir flutuação suficiente para manter a cabeça fora da água. Confeccionado em tecido externo em nylon naval ou poliéster de alta resistência, impermeável e de secagem rápida, enchimento interno em espuma de polietileno expandido (EPE) ou material similar. Devendo possuir flutuabilidade mínima de 55 N. Fechamento frontal com três tiras reguláveis em material de alta resistência, com fivelas de engate rápido; Tira entrepernas obrigatória, ajustável, para impedir que o colete se desprenda em caso de queda na água; Cintas em polipropileno ou poliéster de 25 mm. Devendo manter a criança flutuando com vias respiratórias fora da água.</p>

8.2. O levantamento dos quantitativos da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para as unidades escolares Surpresa e Margarida, todas vinculadas à SEMED, tem como objetivo **garantir a adequação dos itens adquiridos**, a fim de evitar problemas e custos futuros, bem como assegurar a segurança dos usuários que utilizam os equipamentos e estruturas fornecidas pelo órgão público.

9. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- Não haverá parcelamento da solução, tendo em vista a inviabilidade técnica e econômica do parcelamento, uma vez que a **aquisição integrada dos bens** é necessária para assegurar compatibilidade





operacional, eficiência, padronização e adequada utilização do conjunto adquirido.

- A solução contratada **não será parcelada**, ou seja, será realizada de forma **global e contínua**, abrangendo as escolas Surpresa e Margarida da rede municipal de ensino vinculadas à **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

- Com a contratação proposta, a Secretaria Municipal de Educação pretende alcançar os seguintes resultados:

- **Garantir o acesso regular e seguro à educação** aos estudantes residentes em comunidades rurais e ribeirinhas, assegurando o direito constitucional à educação;
- **Assegurar a continuidade do transporte escolar aquaviário**, reduzindo riscos de interrupções decorrentes da falta de equipamentos adequados;
- **Promover a segurança dos estudantes**, por meio da utilização de embarcação escolar padronizada, equipada com itens de segurança e projetada especificamente para o transporte de alunos;
- **Atender às diretrizes do FNDE**, especialmente no âmbito do PNATE e do Programa Caminho da Escola, garantindo conformidade técnica, legal e operacional;
- **Promover a inclusão e a acessibilidade**, com a disponibilização de embarcação dotada de rampa articulada na proa, permitindo o embarque e desembarque de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida;
- **Reduzir o tempo de deslocamento dos estudantes**, proporcionando maior eficiência logística e melhor aproveitamento do tempo escolar;
- **Aumentar a confiabilidade do transporte escolar fluvial**, por meio da aquisição de equipamentos novos, padronizados e com garantia de fábrica;
- **Reduzir custos de manutenção e operação a médio e longo prazo**, por meio da aquisição de bens duráveis e de fácil manutenção;
- **Padronizar os meios de transporte escolar aquaviário**, facilitando a gestão, manutenção, fiscalização e controle patrimonial;
- **Mitigar riscos operacionais e jurídicos**, com contratação planejada, fundamentada em Estudo Técnico Preliminar e alinhada à Lei nº 14.133/2021;
- **Fortalecer a gestão pública**, assegurando transparência, economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos;
- **Contribuir para a redução da evasão escolar**, ao garantir transporte regular, seguro e acessível aos estudantes da zona rural.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES





11.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

- Ressalta-se que estas contratações são **independentes de quaisquer outros contratos**, não sendo requisito para a validade ou continuidade da aquisição dos bens objeto deste ETP.

- Portanto, a execução da presente contratação será **plenamente eficaz de forma autônoma**, atendendo integralmente às necessidades da SEMED.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. Dessa forma, a contratação está plenamente compatível com o **Plano Anual de Contratações (PAC)** da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, assegurando que os **bens adquiridos atendam às necessidades das unidades escolares** de forma planejada, eficiente e dentro das metas estabelecidas pela SEMED, considerando as diretrizes e prioridades definidas para o exercício vigente.

12.2. Define a contratação como de **alta prioridade**, garantindo que a **entrega e disponibilização dos equipamentos** ocorram dentro do cronograma anual, com acompanhamento sistemático e registro de todas as etapas realizadas.

13. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

13.1. A solução consiste na **AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÃO FLUVIAL, MOTOR DE POPA E CARRETA RODOVIÁRIA E COLETES PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA ZONA RURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, destinada a atender as unidades escolares do Distrito de Surpresa e a localidade de Margarida, da SEMED.

13.2. A solução proposta consiste na **aquisição integrada e definitiva da embarcação fluvial escolar padronizada, do motor de popa compatível e da carreta rodoviária**, com a finalidade de atender de forma eficiente, segura e contínua o transporte escolar aquaviário dos estudantes da zona rural ribeirinha do município, assegurando operação adequada, manutenção preventiva e garantia do fabricante.

13.3. A embarcação adotada, do tipo **Lancha Escolar Média (LE-M)**, foi concebida especificamente para o transporte escolar aquaviário, apresentando **casco 100% em alumínio naval liga 5052**, elevada durabilidade estrutural e resistência às condições ambientais típicas de rios e áreas alagadiças. Com **comprimento mínimo de 8.500 mm e capacidade para 20 passageiros sentados e 01 tripulante**, a lancha garante conforto, estabilidade e segurança durante a navegação.

13.4. A solução contempla ainda **rampa articulada na proa**, destinada ao embarque e desembarque de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, assegurando **acessibilidade, inclusão social e conformidade com a legislação vigente**, além de alinhamento às políticas públicas de educação inclusiva.

13.5. O motor de popa 30HP 4 tempos, novo e devidamente dimensionado,





assegura desempenho adequado, eficiência energética, confiabilidade operacional e segurança na condução da embarcação, atendendo às rotas fluviais utilizadas no transporte escolar. A escolha de motor compatível com a lancha e amplamente difundido no mercado nacional reduz custos de operação e manutenção ao longo do tempo.

13.6. A **carreta rodoviária**, por sua vez, integra a solução logística, possibilitando o transporte terrestre seguro da embarcação para fins de manutenção, armazenamento, apoio operacional ou deslocamento entre diferentes pontos do município, ampliando a eficiência da gestão do transporte escolar.

13.7. A aquisição de **coletes salva-vidas tipo jaqueta**, nos tamanhos **P, M e G**, é necessária para garantir a segurança dos estudantes transportados por embarcações escolares nas zonas rurais ribeirinhas, como o Distrito de Surpresa e a localidade de Margarida. Esses EPIs são obrigatórios conforme normas da Marinha do Brasil e essenciais para reduzir riscos durante a navegação em rios com correntezas, variação de níveis d'água e obstáculos naturais. Os coletes devem possuir certificação da Autoridade Marítima, ser fabricados com material de alta flutuabilidade, revestimento resistente, tiras de ajuste reforçadas e formato tipo jaqueta, que facilita a colocação e oferece maior estabilidade e conforto às crianças. Os tamanhos variados (P, M e G) garantem ergonomia e segurança para alunos de diferentes idades. Assim, a aquisição mostra-se tecnicamente adequada e indispensável para assegurar um transporte escolar fluvial seguro e em conformidade com a legislação vigente.

13.8. A solução é complementada por atividades relacionadas à entrega e operacionalização dos bens, compreendendo a entrega técnica assistida, instalação do motor, testes operacionais e de segurança, orientação aos servidores designados e fornecimento de documentação técnica e garantia, assegurando que os equipamentos sejam entregues em pleno funcionamento e prontos para uso imediato. Do ponto de vista da gestão pública, a solução proposta atende aos princípios da **economicidade, eficiência, planejamento e interesse público**, pois considera o **ciclo de vida do bem**, a padronização adotada pelo FNDE e a redução de riscos operacionais e jurídicos. A aquisição definitiva dos bens proporciona maior controle patrimonial, previsibilidade orçamentária e economia a longo prazo.

13.9. Assim, a solução como um todo mostra-se **tecnicamente adequada, operacionalmente eficiente, economicamente vantajosa e juridicamente segura**, garantindo a continuidade do transporte escolar aquaviário, a inclusão dos estudantes da zona rural e o efetivo cumprimento das políticas públicas educacionais, em consonância com a **Lei nº 14.133/2021** e com as **diretrizes do FNDE**.





13.10. Resultado Esperado com a Solução

- Com a contratação, espera-se:
- **Equipamentos operando em plena capacidade**, com a lancha, motor de popa e carreta rodoviária funcionando de forma confiável;
- **Redução significativa de falhas e paralisações**, minimizando chamadas emergenciais e interrupções do transporte escolar;
- **Transporte seguro e inclusivo**, permitindo embarque e desembarque de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência ou mobilidade reduzida;
- **Aumento da eficiência operacional da rede escolar**, com deslocamentos ágeis e confiáveis das comunidades rurais e ribeirinhas;
- **Continuidade das atividades escolares**, garantindo que os alunos cheguem regularmente às unidades de ensino, sem atrasos ou faltas decorrentes de problemas de transporte;
- **Gestão simplificada e rastreabilidade**, com registro completo de manutenção, orientações técnicas e relatórios de operação, assegurando transparência e controle patrimonial;
- **Economia a longo prazo**, devido à durabilidade dos equipamentos, manutenção preventiva adequada e disponibilidade de peças originais;
- **Conformidade com padrões do FNDE**, garantindo segurança, padronização e atendimento às diretrizes do Programa Caminho da Escola.

13.11. Riscos da Não Contratação

- A não contratação da embarcação fluvial escolar, do motor de popa, da carreta rodoviária e dos coletes salva-vidas destinados ao atendimento do transporte escolar das crianças da zona rural ribeirinha representa riscos significativos à continuidade, segurança e legalidade do serviço prestado pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED.
- A ausência da **embarcação fluvial adequada** compromete de forma imediata o deslocamento diário dos estudantes das localidades ribeirinhas, especialmente de áreas como o Distrito de Surpresa e Margarida, resultando na interrupção do acesso às escolas. Tal cenário pode ocasionar elevação nos índices de evasão escolar, prejuízo ao calendário letivo e violação do direito constitucional à educação.
- Sem o **motor de popa** apropriado, mesmo que exista embarcação disponível, não haverá condições técnicas de operação, afetando diretamente a navegabilidade, autonomia, segurança e regularidade das rotas fluviais. A falta desse equipamento impede a execução de viagens, podendo deixar comunidades inteiras sem atendimento escolar.
- A inexistência da **carreta rodoviária** impede a movimentação da embarcação para manutenção preventiva e corretiva, bem como sua retirada dos rios em períodos de estiagem ou deslocamento para outros pontos de embarque. Tal limitação pode levar à paralisação total do





transporte escolar por impossibilidade de logística, aumentando custos, tempo de resposta e riscos operacionais.

- A não aquisição dos **coletes salva-vidas tipo jaqueta** implica descumprimento das normas de segurança da navegação e das regulamentações da Marinha do Brasil, expondo estudantes e tripulação a grave risco de acidentes e responsabilização administrativa, civil e criminal do ente público. A inexistência desses EPIs pode inclusive impedir fiscalizações de autorizar a operação das embarcações.

- Portanto, a não contratação dos itens necessários acarreta riscos elevados relacionados à **interrupção do serviço essencial, prejuízo pedagógico, insegurança física dos estudantes, responsabilização institucional, elevação de custos futuros**, além de comprometer o cumprimento das atribuições legais da SEMED no atendimento ao transporte escolar das áreas ribeirinhas.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. A aquisição da embarcação fluvial escolar, do motor de popa, da carreta rodoviária e dos coletes salva-vidas apresenta impactos ambientais **baixos e controláveis**, especialmente quando comparados aos benefícios sociais proporcionados pelo transporte escolar seguro das crianças da zona rural ribeirinha. Os potenciais impactos ambientais identificados estão principalmente relacionados ao uso dos equipamentos em operação, e não à sua compra ou instalação.

14.2. O uso da **embarcação fluvial escolar** pode gerar pequenas interferências no ambiente aquático, como perturbação de fauna local em áreas sensíveis e movimentação de sedimentos em períodos de menor profundidade. Entretanto, tais impactos são considerados mínimos, uma vez que as rotas de transporte escolar utilizam trajetos já tradicionalmente navegados por embarcações comunitárias, não promovendo alterações significativas no ecossistema local.

14.3. O **motor de popa 30 HP**, apesar de utilizar combustível fóssil, apresenta tecnologia de quatro tempos, que reduz substancialmente emissões de gases, geração de resíduos oleosos, consumo de combustível e contaminação hídrica quando comparado a modelos antigos de dois tempos. Assim, o impacto ambiental decorrente de sua operação é classificado como **moderado e mitigável**, especialmente mediante manutenção preventiva adequada.

14.4. A **carreta rodoviária** utilizada para transporte e manutenção da embarcação não gera impactos ambientais diretos em níveis significativos, pois sua função é logística. Seus potenciais impactos estão associados ao deslocamento em vias públicas, como consumo de combustível e desgaste de pneus, classificados como de **baixa relevância**, similares aos de qualquer veículo de apoio institucional.





14.5. Os **coletes salva-vidas tipo jaqueta**, por serem equipamentos de segurança fabricados em materiais sintéticos, apresentam impacto ambiental relacionado principalmente à geração de resíduos ao final de sua vida útil. Entretanto, trata-se de impacto **pontual e de baixa magnitude**, mitigado pela longa durabilidade do produto e pela possibilidade de descarte adequado após inutilização.

14.6. Assim, os impactos ambientais decorrentes da adoção dos equipamentos são **reduzidos, controláveis e aceitáveis**, especialmente considerando que a finalidade da operação é garantir o direito fundamental à educação para crianças residentes em regiões ribeirinhas. A adoção de medidas de manutenção preventiva, operação responsável e descarte adequado dos materiais assegura plena conformidade ambiental ao serviço de transporte escolar fluvial prestado pela SEMED.

15. MEDIDAS MITIGADORAS E PREVENTIVAS

15.1. Para assegurar que a operação da embarcação fluvial escolar, do motor de popa, da carreta rodoviária e dos coletes salva-vidas ocorra de forma ambientalmente responsável, estabelecem-se as seguintes medidas mitigadoras:

- **Manutenção preventiva periódica da embarcação e do motor de popa**, garantindo funcionamento eficiente, redução de emissões atmosféricas, prevenção de vazamentos de óleo e diminuição do consumo de combustível.
- **Utilização de combustível de procedência regular e dentro das normas ambientais**, evitando contaminação da água e contribuindo para menor produção de resíduos tóxicos.
- **Treinamento e orientação dos condutores e tripulantes** quanto às boas práticas ambientais na navegação, incluindo respeito às áreas sensíveis, velocidade controlada em locais de fauna aquática e prevenção de derramamento de resíduos.
- **Adoção de procedimentos de descarte adequado** de materiais resultantes da manutenção, como óleos usados, filtros, peças substituídas e resíduos diversos, conforme regulamentação ambiental vigente.
- **Uso responsável da carreta rodoviária**, evitando deslocamentos desnecessários e garantindo manutenção periódica para reduzir emissões, desgaste de pneus e riscos de contaminação.
- **Armazenamento seguro e organizado da embarcação e do motor** durante períodos de estiagem ou paralisação, prevenindo deterioração e potenciais impactos ambientais indiretos.
- **Descarte ambientalmente correto dos coletes salva-vidas** ao final de sua vida útil, evitando acúmulo de resíduos sintéticos e incentivando o direcionamento para empresas especializadas ou programas municipais de coleta.
- **Monitoramento contínuo das condições de operação das rotas fluviais**, garantindo que a embarcação navegue em áreas já utilizadas tradicionalmente e evitando impactos em regiões ambientalmente sensíveis ou pouco navegadas.





- **Registro sistemático das atividades de manutenção e operação**, permitindo controle ambiental, histórico de inspeções e identificação preventiva de riscos ambientais.
- **Conscientização dos usuários e equipes escolares** sobre a importância da preservação dos rios, evitando descarte de lixo nas embarcações e promovendo boas práticas no ambiente aquático.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. Com base nas informações levantadas ao logo do Estudo preliminar, e considerando que o fornecimento do objeto a ser licitado, esta equipe de contratação considera viável a realização de **AQUISIÇÃO DE EMBARCAÇÃO FLUVIAL, MOTOR DE POPA E CARRETA RODOVIÁRIA E COLETES PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DAS CRIANÇAS DA ZONA RURAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, atendendo os preceitos previstos em lei, por meio de fornecedor devidamente qualificado.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO E ESCOLHA DA SOLUÇÃO.

- Considera-se a solução pretendida **viável** por todas as razões expostas neste estudo.
- Posto isto, declaramos a **viabilidade e razoabilidade da aquisição**, nos termos das solicitações e das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar.
- Considera-se que o objeto deste estudo consiste na **aquisição de embarcação fluvial escolar, motor de popa e carreta rodoviária e coletes**, com fornecimento de bens em conformidade com normas técnicas, garantia do fabricante e requisitos operacionais da SEMED, devido às suas especificidades.
- Dessa forma, **opina-se pela contratação**, nos termos dos artigos da **Lei nº 14.133/2021**, assegurando segurança, eficiência e continuidade do transporte escolar aquaviário.

Guajará-Mirim, 26 de Janeiro de 2026.

Elaborado por:

JULIANA ANES TAMO

Aprovado:

LUCAS ALVES DOS SANTOS

Chefe da Seção de Licitação - SEMED





Município de Guajará-Mirim

05.893.631/0001-09
Av. XV de Novembro
www.guajaramirim.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Estudo Técnico Preliminar – ETP	1	28/01/2026

ID: **796678**

CRC: **01A102D3**

Processo: **1-249/2026**

Usuário: **JULIANA ANES TAMO**

Criação: **28/01/2026 10:33:49** Finalização: **28/01/2026 10:35:25**

Processo



Documento



MD5: **42DD1E4044E9B990C4A0CD98967C9C98**

SHA256: **D9449A18E74FCB41961851712B995848275E763EE3E8D43986AF48760F903027**

Súmula/Objeto:

Estudo Técnico Preliminar – ETP

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

28/01/2026 10:33:49

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE BARCO E MOTOR DE POPA

28/01/2026 10:33:49

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



LUCAS ALVES DOS SANTOS

CHEFE DA SEÇÃO DE LICITAÇÃO

28/01/2026 10:54:10

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 12.656/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.guajaramirim.ro.gov.br informando o ID 796678 e o CRC 01A102D3.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº [Número do Contrato]/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 249/2026

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 008/2026

CONTRATANTE: A **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ da Prefeitura], com sede na Avenida XV de Novembro, Centro, Guajará-Mirim/RO, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. [Nome do Prefeito], doravante denominada **CONTRATANTE**.

CONTRATADA: A empresa [**Razão Social da Empresa Vencedora**], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ da Contratada], com sede em [Endereço Completo da Contratada], neste ato representada por seu [Cargo do Representante Legal], o(a) Sr(a). [Nome do Representante Legal], portador(a) do CPF nº [CPF do Representante], doravante denominada **CONTRATADA**.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, que se regerá pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e pelas demais normas aplicáveis, bem como pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas, vinculando-se, para todos os efeitos, ao Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2026 e à Proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a **aquisição de embarcações fluviais, motores de popa, carretas rodoviárias e coletes salva-vidas**, para atender às necessidades do transporte escolar da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) da CONTRATANTE.

1.2. Os bens deverão ser entregues em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições estabelecidas no **Termo de Referência (ID 883666)**, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 008/2026, que integra este instrumento para todos os fins de direito.

1.3. O local de entrega dos bens é o Almoxarifado Central da CONTRATANTE, situado na Avenida XV de Novembro, nº 3332, Bairro 10 de Abril, Guajará-Mirim/RO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, compreendendo o prazo para a entrega do objeto e o período da garantia técnica.

2.2. A vigência do contrato está adstrita à disponibilidade dos créditos orçamentários, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E DO PREÇO

3.1. O valor global deste Contrato é de **R\$ [Valor Total por Extenso] ([Valor Numérico])**, correspondente à proposta vencedora da CONTRATADA para os itens adjudicados.

3.2. Os preços registrados são fixos e irrevogáveis durante o prazo de vigência do contrato, ressalvadas as hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro previstas no Art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021, que deverão ser devidamente solicitadas e comprovadas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

- **Unidade Orçamentária:**
- **Programa de Trabalho:**
- **Elemento de Despesa:**
- **Fonte de Recursos:**
- **Nota de Empenho nº:**

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias**, contados da data do atesto do recebimento definitivo do objeto na respectiva Nota Fiscal, pelo fiscal do contrato.

5.2. O atesto da Nota Fiscal ocorrerá após o recebimento definitivo dos bens, que será precedido de um recebimento provisório para verificação da conformidade do material com as especificações do Termo de Referência.

5.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da entrega efetiva dos bens e enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

5.4. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial a regularidade fiscal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

6.1. Compete à **CONTRATANTE**:

- a) Prestar à CONTRATADA todas as informações e esclarecimentos necessários à perfeita execução do contrato;
- b) Designar, por portaria, servidor para atuar como fiscal titular e substituto do contrato, nos termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- c) Realizar o recebimento provisório e definitivo do objeto;





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições e prazos estabelecidos;
- e) Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas em caso de inadimplemento.

6.2. Compete à CONTRATADA:

- a) Entregar os bens no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar do recebimento da Nota de Empenho, em perfeita conformidade com as especificações do Termo de Referência;
- b) Arcar com todos os custos de transporte, frete, seguros, tributos e demais encargos decorrentes do fornecimento;
- c) Substituir, às suas expensas, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções;
- d) Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Responder por quaisquer danos ou prejuízos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;
- f) Prestar a garantia técnica dos produtos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação;
- g) Manter, por meio de estrutura própria ou contrato com empresa especializada, assistência técnica e disponibilidade de peças no Estado de Rondônia, conforme compromisso assumido na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Para a presente contratação, não será exigida a prestação de garantia de execução contratual, nos termos do Art. 96 da Lei nº 14.133/2021, sendo a decisão discricionária da Administração devidamente justificada no processo licitatório.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, previstas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021:

- a) **Advertência**, por escrito;
- b) **Multa**, nas seguintes hipóteses:
 - I - **Multa de mora de 0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado na entrega do objeto, calculada sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10 (dez) dias, após o qual será considerado inexecução total;
 - II - **Multa compensatória de 10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto;
- c) **Impedimento de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Guajará-Mirim/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** em toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE GUAJARÁ-MIRIM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

8.2. As sanções previstas nas alíneas "c" e "d" poderão ser aplicadas juntamente com a de multa.

CLÁUSULA NONA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. A extinção deste Contrato poderá ocorrer nas hipóteses previstas no Art. 137 da Lei nº 14.133/2021, e dar-se-á por:

- a) Adimplemento das obrigações;
- b) Rescisão, de forma unilateral pela Administração, consensual ou por decisão judicial.

9.2. Constituem motivos para a rescisão unilateral, nos termos do Art. 137, os casos de inexecução total ou parcial do contrato, bem como o descumprimento de quaisquer cláusulas contratuais, especificações ou prazos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, será competente o Foro da Comarca de Guajará-Mirim, Estado de Rondônia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Guajará-Mirim/RO, [Data da Assinatura].

CONTRATANTE [NOME DO PREFEITO] Prefeito Municipal

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA
EMPRESA] [Cargo] **CONTRATADA**

Testemunhas:

- 1. _____ Nome: CPF:
- 2. _____ Nome: CPF:





Município de Guajará-Mirim

05.893.631/0001-09
Av. XV de Novembro
www.guajaramirim.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta de Contrato	249	17/06/2026

ID: **888038**

CRC: **390E897B**

Processo: **1-249/2026**

Usuário: **DAYAN ROBERTO DOS SANTOS CAVALCANTE**

Criação: **17/06/2026 14:16:16** Finalização: **17/06/2026 14:17:00**

Processo



Documento



MD5: **CA7D8442B7DD76333CE59C792B5CC80F**

SHA256: **894E0F6CC20C960F67120A9A10F4C6E7274EC5C3793C460F30488361269F9289**

Súmula/Objeto:

MINUTA DE CONTRATO

INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

17/06/2026 14:16:16

ASSUNTOS

AQUISIÇÃO DE BARCO E MOTOR DE POPA

17/06/2026 14:16:16

ASSINATURAS ELETRÔNICAS



DAYAN ROBERTO DOS SANTOS CAVALCANTE

ADVOGADO

17/06/2026 14:17:09

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 12.656/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.guajaramirim.ro.gov.br informando o ID 888038 e o CRC 390E897B.